## UNIVERSIDADE DE SOROCABA PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Daniela Cristina Lourenço Bufalo

EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO POLÍTICA PÚBLICA NO BRASIL: DO PROCESSO HISTÓRICO AO LEVANTAMENTO DAS AÇÕES PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

## Daniela Cristina Lourenço Bufalo

# EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO POLÍTICA PÚBLICA NO BRASIL: DO PROCESSO HISTÓRICO PARA O LEVANTAMENTO DAS AÇÕES PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Ângelo Bunhi Pinto

## Ficha Catalográfica

Bufalo, Daniela Cristina Lourenço

B945e

Educação financeira como política pública no Brasil : do processo histórico ao levantamento das ações práticas na educação superior / Daniela Cristina Lourenço Bufalo. – 2022.

91 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Ângelo Bunhi Pinto Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Sorocaba, Sorocaba, SP, 2022.

1. Educação financeira. 2. Ensino superior. 3. Educação e Estado – Brasil. 4. Política pública – Brasil. I. Pinto, Rafael Ângelo Bunhi, orient. II. Universidade de Sorocaba. III. Título.

Elaborada por Regina Célia Ferreira Boaventura – CRB-8/6179.

## Daniela Cristina Lourenço Bufalo

# EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO POLÍTICA PÚBLICA NO BRASIL: DO PROCESSO HISTÓRICO AO LEVANTAMENTO DAS AÇÕES PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba.

Aprovado em: 05 de maio de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Rafael Ângelo Bunhi Pinto - Orientador Universidade de Sorocaba

Prof. Dr. Rogério Augusto Profeta Universidade de Sorocaba

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Leticia Losano Universidade de Sorocaba

"A educação é do tamanho da vida. Não há começo. Não há fim. Só há travessia."

Rodrigues (1992)

#### RESUMO

A educação financeira, na maioria das vezes, vincula-se a investimentos, poupança e reservas financeiras, chamando atenção apenas daqueles que possuem dinheiro sobrando, quando na realidade o tema associa-se a problemas graves da sociedade, incide na vida cotidiana, no planejamento familiar e no exercício pleno da cidadania. sendo capaz de transformar a qualidade de vida através da mobilidade social e do bem-estar da população. A urgência de educar-se financeiramente emerge em meio a digitalização do cotidiano e a facilidade de acesso a produtos e serviços financeiros cada vez mais complexos. Com esse foco, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e governos no mundo todo têm concentrado esforços nesse tema, com o propósito de formar cidadãos conscientes do impacto de suas ações como agente financeiro individual na sociedade global, por meio da educação. Nesse contexto, o objetivo geral desta dissertação é compreender como a Educação Financeira se tornou política pública no Brasil, até chegar às ações práticas com foco no ensino superior. Para alcançar esse objetivo, perfaz-se os conceitos de educação, política pública e educação financeira, além do contexto histórico, desde o momento da implantação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), bem como os resultados após dez anos de trabalho sobre o tema. Por fim, quanto à metodologia, é feito um levantamento bibliográfico dos trabalhos científicos publicados e disponibilizados nas plataformas Portal de Periódicos da Capes, Scielo e Google Acadêmico, no período compreendido entre 2011 e 2021, que abordam a educação financeira como política pública no contexto da educação superior. Como resultado, percebe-se que os estudantes da educação superior têm ficado à margem das políticas públicas sobre o tema e as Universidades têm atuado de forma tímida como disseminadoras do letramento financeiro e produção de conhecimento científico, por meio de publicações acadêmicas que podem contribuir para o aprimoramento e expansão do alcance da ENEF.

**Palavras-chave:** Educação Financeira. Políticas Públicas em Educação. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF).

#### **ABSTRACT**

Financial education, most of the time, is linked to investments, savings and financial reserves, drawing attention only to those who have money left over, when in reality the topic is associated with serious problems in society, affects everyday life, family planning and full exercise of citizenship, being able to transform the quality of life through social mobility and the well-being of the population. The urgency to educate yourself financially emerges amid the digitalization of everyday life and the ease of access to increasingly complex financial products and services. With this focus, the OECD and governments around the world have concentrated efforts on this topic, with the purpose of forming citizens aware of the impact of their actions as an individual financial agent in global society, through education. In this context, the general objective of this dissertation is to understand how Financial Education became public policy in Brazil, until reaching practical actions focused on higher education. To achieve this objective, the concepts of education, public policy and financial education are completed, in addition to the historical context, since the implementation of the National Strategy for Financial Education, as well as the results after ten years of work on the subject. Finally, regarding the methodology, a bibliographic survey is carried out of the scientific works published and made available on the Capes, Scielo and Google Scholar platforms, in the period between 2011 and 2021, which address financial education as a public policy in the context of higher education. As a result, it can be seen that higher education students have been on the sidelines of public policies on the subject and universities have been acting timidly as disseminators of financial literacy and production of scientific knowledge, through articles, theses and dissertations that can contribute to the improvement and expansion of National Strategy for Financial Education (ENEF).

**Keywords:** Financial education. Public policy in education. Financial Literacy. Organization for Economic Cooperation and Development (OECD). Brazilian Strategy for Financial Education (ENEF).

# LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| Figura 1. Ciclo de raciocínio da pesquisa  | .10 |
|--|-----|
| Figura 2. Dimensão espacial e temporal da educação financeira                    | .18 |
| Figura 3. Classificação das Políticas Públicas sob critério de demanda e caráter | .28 |
| Figura 4. Modelo conceitual de letramento financeiro                             | .33 |
| Figura 5. Ecossistema de Educação Financeira                                     | .59 |
| Figura 6. O professor no centro dos projetos                                     | .60 |
| Figura 7. Linha do tempo da ENEF e Fases de Implementação da Política de         |     |
| Educação Financeira  | .62 |
| Figura 8. Quantidade de publicações sobre o tema no decorrer dos anos            | .73 |
| Figura 9. Distribuição das produções segundo a tratativa do tema                 | .74 |
|  |     |
| Quadro 1. Fases de implementação das políticas públicas                          | .25 |
| Quadro 2. A educação financeira sob a ótica da Organização para Cooperação e     |     |
| Desenvolvimento Econômico – OCDE   | .45 |
| Quadro 3. Cronograma de Eventos Internacionais de EF da OCDE – (2006 a 2013      | ,   |
|  |     |
| Quadro 4. ENEF – Missão, objetivos e direcionamentos                             | .53 |
| Quadro 5. Proposta Pedagógica ENEF   | .54 |
| Quadro 6. Levantamento bibliográfico – Portal de Periódicos da CAPES, Scielo     |     |
| Brasil e Google Acadêmico  | .67 |
| Quadro 7. Resultados considerados CAPES  |     |
| Quadro 8. Resultados considerados Google Acadêmico                               |     |
| Quadro 9. Distribuição das produções segundo a fase da política pública          | .75 |
| Quadro 10. Possibilidades de articulação – Competências socioemocionais e        |     |
| competências de educação financeira  | .78 |

### LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AEF-Brasil Associação de Educação Financeira no Brasil

ANBIMA Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e

de Capitais

BACEN Banco Central do Brasil
BC Banco Central do Brasil
BCB Banco Central do Brasil

BM&FBOVESPA Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

BNCC Base Nacional Comum Curricular

BRICS Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

CAPES Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNC Confederação Nacional do Comércio CNE Conselho Nacional de Educação

CNSEG Confederação Nacional de Empresas de Seguros Gerais,

Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização

CONEF Comitê Nacional de Educação Financeira

COREMEC Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de

Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização

CVM Comissão de Valores Mobiliários DCNs Diretrizes Curriculares Nacionais

DE Dimensão Espacial DT Dimensão Temporal

DUDH Declaração Universal dos Direitos Humanos

EAD Educação a Distância

ENEF Estratégia Nacional de Educação Financeira FBEF Fórum Brasileiro de Educação Financeira

FEBRABAN Federação Brasileira de Bancos GAP Grupo de Apoio Pedagógico

IDEC Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC Ministério da Educação

OCDE Organização para Cooperação e de Desenvolvimento Econômico

OSCIP Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PIB Produto Interno Bruto

PISA Programa Internacional de Avaliação de Estudantes

PPGE Programa de Pós-Graduação em Educação

PREVIC Superintendência Nacional de Previdência Complementar PRONAF Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SENACON Secretaria Nacional do Consumidor SCIELO Scientific Electronic Library Online

SPREV Secretaria de Previdência STN Secretaria do Tesouro Nacional

SUSEP Superintendência de Seguros Privados

TRI Teoria de Resposta ao Item

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a

Cultura

UNIP Universidade Paulista
UNISO Universidade de Sorocaba

# SUMÁRIO

| APRESENTAÇÃO   | 9  |
|--|----|
| 1 INTRODUÇÃO   | 11 |
| 1.1 Objetivos e Justificativa                                      | 12 |
| 2 EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS                                    | 16 |
| 2.1 Educação e formação para Cidadania e para o Trabalho           | 16 |
| 2.2 Educação, trabalho e globalização                              | 20 |
| 2.3 Políticas Públicas e Educação                                  | 23 |
| 3 EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL                                    | 30 |
| 3.1 Concepção  | 30 |
| 3.2 Contexto histórico   | 37 |
| 4 EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO POLÍTICA PÚBLICA NO BRASIL              | 41 |
| 4.1 A OCDE e a Estratégia Nacional de Educação Financeira          | 41 |
| 4.2 A criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF | 48 |
| 4.3 A Associação de Educação Financeira no Brasil (AEF-Brasil)     | 55 |
| 5 EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ENSINO SUPERIOR                           | 63 |
| 5.1 Resultados, reflexões e oportunidades                          | 76 |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS   | 81 |
| REFERÊNCIAS  | 84 |

## **APRESENTAÇÃO**

O presente trabalho proporcionou unir duas paixões: educação e finanças. Ao longo da minha carreira de quase 20 anos no mercado financeiro, sempre acreditei, e ainda acredito, que investir em educação é o único caminho para um desenvolvimento sustentável e para melhorar a qualidade de vida de populações fragilizadas. A educação permite visualizar um novo horizonte, abre caminho para o estudante almejar uma realidade diferente, para ir além das suas possibilidades, fazendo florescer o efeito multiplicador do conhecimento. Porém, esse estudante, ao chegar na vida adulta e na universidade, se torna agente e consumidor de um sistema financeiro convidativo, tecnológico e sofisticado que oferta crédito a taxas exorbitantes, fazendo com que esse indivíduo passe anos com o crédito negativado por um par de tênis ou pagando um celular que no final custará o preço de um carro popular.

Ao ministrar aulas nos cursos de Ciências Econômicas e de Administração no ensino superior, percebe-se que essa realidade é comum até para aqueles que deveriam preservar o patrimônio alheio, como futuros administradores, contadores e economistas.

Com o objetivo de aperfeiçoar a didática para o público universitário, em 2016 ingresso na minha segunda pós-graduação, voltada para formação de professores para o ensino superior, e foi nesse momento que a educação financeira ganhou centralidade nos estudos científicos, sendo tema do Trabalho de Conclusão de Curso na Universidade Paulista – UNIP.

Em agosto de 2019, com o ingresso no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba foi que este projeto ganhou forma, após interações constantes com Prof.ª Dr.ª Maria Alzira de Almeida Pimenta e discussões proveitosas sobre políticas públicas, principalmente no que tange às políticas educacionais, nas disciplinas ministradas pelo Prof. Dr. Rafael Ângelo Bunhi Pinto, os questionamentos surgiram e justificaram o processo de busca.

A figura a seguir resume o ciclo de raciocínio desta pesquisa.



Figura 1. Ciclo de raciocínio da pesquisa.

Fonte: Elaborado pela autora.

Tudo começa pela Educação, pela ampliação do conceito e sentido que ela dá para vida humana e a busca inacabável pelo conhecimento. As necessidades cotidianas e sociais surgem e ressurgem e as políticas públicas se inserem no contexto. Ao compreender o papel da instituição escolar, também se compreende o papel do professor e sua responsabilidade pela formação do indivíduo que atuará de forma local com influência global de suas ações e decisões individuais.

A conexão entre educação e cidadania compreendida durante o mestrado também corrobora para compreensão do conceito de educação financeira de Lusardi (2007) e Peretti (2008), que abordam o tema como letramento financeiro. Nesse sentido, após a divulgação do *Financial Education Project* da OCDE em 2005 e da criação da ENEF em 2010, a educação financeira passa a ser vista como competência necessária à formação completa do indivíduo e exercício pleno da cidadania.

Ao longo do Programa de Pós-Graduação, a contextualização e interligação desses conceitos com a educação financeira foi sendo construída. Discussões sobre educação e políticas públicas enriqueceram a experiência prática, resultando nesta pesquisa.

## 1 INTRODUÇÃO

A Educação Financeira tomou seu posto de destaque nos tópicos globais para o Século XXI após a crise de 2008, que evidenciou o quanto as decisões individuais sobre endividamento, consumo, poupança e investimentos afetam a economia como um todo, local e globalmente. Ficou claro que a digitalização dos mercados e alterações demográficas, sociais e econômicas deveriam ser acompanhadas de maior responsabilidade, gerando a necessidade dos governos se articularem para a criação de políticas públicas com o objetivo de disseminar a Educação Financeira e formar cidadãos responsáveis e conscientes das suas decisões.

O tema se associa a resolução de problemas graves da sociedade, incide na vida cotidiana, planejamento familiar e cidadania; sendo capaz de transformar os índices de qualidade de vida da população e promover a mobilidade social. Nesse sentido, segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2005), é papel do Estado e das instituições formar indivíduos autônomos em relação às suas finanças, conscientes do seu papel como agente financeiro individual responsável pelo seu bem-estar econômico e social; atento às suas decisões financeiras, que têm impacto na economia como um todo, local e globalmente; e os resultados trazem consequências para o futuro.

O Brasil acompanhou essa mobilização dos governos e instituições, e, por meio do Decreto Nº 7.397/2010, publicado no Diário Oficial de União de 22 de dezembro de 2010, instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), que começou a promover as diretrizes da educação financeira no Brasil. A iniciativa se propõe a transformar a qualidade de vida dos cidadãos brasileiros, destacando sua importância para auxiliar as pessoas a planejar e gerir sua renda, poupar, investir e garantir uma vida financeira mais tranquila. A proposta pedagógica da ENEF destaca: "O cidadão educado financeiramente reflete sobre o próprio consumo e seus impactos econômicos, sociais e ambientais" (ENEF, 2010, p.9).

Toledo (2020, p.24) reforça que a ENEF foi elaborada em momento histórico no qual o governo e a sociedade organizada adotavam medidas para atenuar os efeitos locais da grave crise financeira internacional de 2008. Mas o assunto já vinha sendo tema de debates em razão, principalmente, do crescimento do mercado bancário e do avanço da inclusão financeira, e ganhou relevância a partir da crise, quando estourou a bolha imobiliária nos Estados Unidos e os agentes perceberam

que não era possível garantir a saúde financeira de um país sem a correspondente capacidade da população na tomada de decisões. Ou seja, ficou claro que a estabilidade financeira do mercado depende também da atitude dos consumidores.

Desde então, reformulações nas políticas públicas têm sido feitas com a ajuda de organizações internacionais, como o G20¹ e a OCDE, que em 2016 lançou o Quadro de Competências Essenciais de Alfabetização Financeira. Acompanhando essa tendência mundial, em 2017 o Brasil estrutura uma proposta pedagógica que lista as competências essenciais para formação de indivíduos autônomos em relação às suas finanças e aborda a Educação Financeira em duas dimensões essenciais: espacial, dado que as ações individuais impactam no contexto econômico e social, e temporal, em que as escolhas realizadas no presente têm influência no futuro e na realização de sonhos e projetos individuais e coletivos (AEF-BRASIL, 2017, p.2).

A Universidade, como instituição escolar, possui a responsabilidade de promover a cidadania e atuar como executora das políticas públicas, incluindo a de Educação Financeira. Não somente responsável por preparar para o mercado de trabalho, mas atuando efetivamente para aprimorar competências, por meio de conhecimentos, habilidades e atitudes, que promovam a transformação da sociedade.

Assim, o presente estudo delimita-se em investigar como a educação financeira se tornou política pública de Estado no Brasil, tendo como base os critérios da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre o tema e a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF, 2010).

Além disso é importante avaliar as ações práticas que vêm sendo promovidas e seus resultados, por quem e para quem estão orientadas, e quais os objetivos e transformações que vêm promovendo nas atitudes das pessoas impactadas.

## 1.1 Objetivos e Justificativa

A ampla maioria dos trabalhos que envolvem o tema Educação Financeira e ensino superior, o inserem no contexto de formação profissional dos estudantes, em finanças, matemática e administração. Quando abordamos a Educação Financeira

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup>G20 - Criado originalmente em 1999 e reformulado em 2008, é composto pelas maiores economias do mundo e as discussões entre seus líderes trazem questões macrofinanceiras, socioeconômicas e sociais, buscando soluções globais para os problemas da atualidade. Os integrantes do G20 atualmente são: Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, França, Alemanha, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, República da Coreia, Rússia, Arábia Saudita, África do Sul, Turquia, Reino Unido, Estados Unidos e União Europeia.

como política pública educacional no processo de formação do indivíduo e fortalecimento da cidadania, entende-se que não basta possuir os conhecimentos financeiros, é preciso habilidade, confiança e desenvoltura para aplicá-los nas decisões de consumo, planejamento, investimento e poupança individuais. Nesse contexto, as ações não devem envolver, portanto, apenas noções de matemática financeira, mas também competências para o letramento financeiro, de forma que os cidadãos saibam, conscientemente, lidar com o dinheiro.

Embora algumas ações governamentais no âmbito nacional venham sendo feitas há algum tempo, como a criação da ENEF (2010) e o reconhecimento da Educação Financeira como política pública de Estado em 2013, foi somente em 2019 que o conteúdo entrou como tema transversal na educação na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), voltada para a educação básica, com o objetivo de promover a transformação social das futuras gerações. Na educação superior, por outro lado, as ações a serem implementadas não são foco de Diretrizes Curriculares Nacionais próprias voltadas para esta finalidade, como ocorre com outras temáticas tão necessárias e emergentes já obrigatórias nos currículos de todos os cursos de graduação do país, como a educação para as relações étnico-raciais, a educação ambiental e a educação em direitos humanos. Isso levanta, inclusive, um desafio às universidades e demais instituições de ensino superior do país: como dar conta de atender à todas as demandas sociais e educacionais vigentes, de maneira a formar não apenas profissionais com *expertises* profissionais, mas cidadãos críticos e reflexivos que tenham consciência de seu papel transformador na sociedade?

Assim, atualmente, a maioria das ações práticas promovidas se concentra no público infanto-juvenil, quando a preocupação em transformar a sociedade por meio de ações práticas e políticas de Educação financeira não deveria limitar-se apenas às gerações futuras. A importância de promover tais ações para o público jovem, ingresso na Universidade e, também, no sistema financeiro, é reforçada pelo resultado das últimas pesquisas mundiais sobre o tema: no ranking trienal de competências financeiras do PISA 2018, o Brasil ocupa o 17º lugar entre os 20 países pesquisados, a maioria membros da OCDE (PISA, 2018).

Recentemente, pesquisa divulgada pelo SPC Serasa (2020) indica que 40% dos jovens entre 18 e 24 anos já tiveram o crédito negativado e grande parte se endivida para adquirir bens de consumo, comprometendo o futuro pessoal e profissional por um par de tênis ou celular. Outro dado alarmante é que 75% desses jovens não se

prepara ou sequer pensa sobre a aposentadoria, num cenário de mudanças profundas nos sistemas previdenciários e expectativa de vida crescente. Estudos com grupos de estudantes universitários brasileiros em diversas regiões do país mostraram resultados semelhantes (DIAS *et al.*, 2017; HEBERLE *et al.*, 2018; MAGALHÃES, MONTREIUL, 2019; VIEIRA *et al.*, 2019), por isso concentra-se o mapeamento das ações práticas nesse público.

Governo, sociedade e universidades devem assumir seu papel enquanto agentes de transformação social por meio da Educação Financeira; precisam refletir não somente se conteúdos foram transmitidos, mas sim conscientizar o cidadão, sua formação atitudinal enquanto agente financeiro local e global.

A problemática que se coloca no cenário traçado é: de que forma a Educação Financeira se torna política pública no Brasil até chegar às ações práticas com foco no ensino superior?

Com base nessa problemática, o objetivo geral proposto é analisar o contexto histórico da Educação Financeira como política pública no Brasil, até se chegar ao mapeamento das principais ações práticas no ensino superior após a implementação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF).

Como objetivos específicos, se faz necessário: a) conceituar educação e políticas públicas; b) examinar o conceito de educação financeira dentro do contexto de política pública educacional; c) resgatar a abordagem da educação financeira como competência capaz de transformar os índices de qualidade de vida da sociedade; d) revisar os critérios e recomendações da OCDE sobre o tema; e, e) fazer um mapeamento dos trabalhos que abordam a educação financeira no âmbito da educação superior, com o objetivo de situar a Universidade como executora da política pública e provedora da cidadania.

Esta dissertação está estruturada em cinco capítulos:

O capítulo 1, Introdução, descreve o desencadeamento lógico do texto, a problemática central, os principais objetivos e a justificativa sobre o tema.

No capítulo 2 se propõe investigar a tríplice relação entre educação, Estado e políticas públicas. Inicia-se pelo conceito primo de educação como direito irrevogável do indivíduo, passando para educação voltada ao exercício pleno da cidadania. Posteriormente, introduz-se o fenômeno da globalização, que passa a demandar uma educação voltada para o trabalho, em um ambiente tecnológico de influência global. Por fim, aborda-se o papel do Estado e sua relação de poder e legitimidade que

influencia (ou determina) o tipo de educação a ser oferecida através das políticas educacionais.

Essa trajetória se faz necessária para que, no capítulo 3, nos deparemos com a concepção de educação financeira no Brasil e seu contexto histórico antes de se tornar política pública.

O capítulo 4 relata a influência de organizações internacionais como a OCDE na criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e, posteriormente, como ela se torna política pública de Estado no Brasil, percorrendo suas diretrizes, objetivos, justificativas e modificações até chegar ao seu formato atual.

Com este arcabouço trazido, por fim, no capítulo 5 apresenta-se um mapeamento bibliográfico de trabalhos, pesquisas e contribuições para sua prática na educação superior, nas plataformas Scielo, Capes e Google Acadêmico, buscando refletir porque o impacto da ENEF nesse público ainda se mostra tímido após 10 anos de sua implementação como política pública.

Para atingir os objetivos propostos, utilizou-se a revisão bibliográfica sobre os temas que permeiam a problemática desta pesquisa: educação e educação financeira; educação financeira e políticas públicas educacionais; educação financeira e ensino superior; Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF); por meio de livros, monografias, teses, artigos e dissertações já publicadas. Foi utilizada também a pesquisa documental por meio de consulta em revistas e sites.

De acordo com Gil (2002), a diferença da pesquisa bibliográfica da documental é que a primeira se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto; a segunda, vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. Para este trabalho se utiliza tanto a pesquisa bibliográfica como a documental, que se mostraram complementares para responder aos questionamentos propostos.

## 2 EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Como colocado por Rodrigues (1992, p.32): "A educação é do tamanho da vida. Não há começo. Não há fim. Só há travessia". E, ao longo desta travessia, novos saberes são incorporados, necessários e demandados pela sociedade, dentre eles, a educação financeira, que se faz urgente num mundo economicamente conectado.

Antes de aprofundarmos este tema que se torna política pública pela demanda da sociedade e interesse dos governos, é necessário perfazer os conceitos de educação sob a ótica da formação para o exercício da cidadania e da globalização.

## 2.1 Educação e formação para Cidadania e para o Trabalho

Para abordar a educação financeira como competência necessária à formação integral do indivíduo e o exercício pleno da cidadania, usaremos como base o conceito de educação apresentado por Charlot (2005), no qual apropriar-se do saber é inerente a condição humana e a educação é chave mestra de três processos:

- Tornar-se homem (humanização) a educação primeira, quando nos apropriamos de um saber preexistente, um mundo conhecido.
- Tornar-se um exemplar único (singularização) o conhecimento se torna particular, ganha criticidade e constrói-se uma relação permanente entre experiências e saberes.
- Tornar-se membro de uma comunidade (socialização) como descrito pelo autor "o ato de construir-se e ser construído pelos outros é a própria Educação" (CHARLOT, 2005, p. 31).

Perrenoud (2005) complementa o conceito apresentado quando ressalta que "a escola somos nós" e que o sistema educacional não pode ser muito mais virtuoso que a sociedade da qual extrai sua legitimidade e seus recursos. A educação permite que os cidadãos tenham conhecimento dos seus direitos e deveres enquanto membros de uma sociedade, mas não torna a escola a única responsável por garantir o exercício da cidadania; é também responsabilidade da família e do Estado, como descrito no Art. 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (BRASIL, 1996, p.2):

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Pelo texto exposto na LDB, reforça-se a ideia de que a educação, em todos os seus níveis, busca não só a formação para o mercado de trabalho (o que historicamente é muito forte, principalmente na educação superior), mas também a formação do sujeito, do pensamento crítico e reflexivo para o exercício da cidadania. Esses dois conceitos, de cidadania e de trabalho, servem de fio condutor para o desenvolvimento da educação em nosso país.

Educar para a cidadania, pensar o bem comum, também é um projeto político (PERRENOUD, 2005), que desafia governos a formar indivíduos capazes de mobilizar saberes para enfrentar situações complexas e afirmar competências por meio de experiências baseadas em situações reais. Não basta instruir, é preciso ensinar a agir.

Para Perrenoud (2005), a educação para cidadania pode ser alcançada se a instituição escolar atuar em três diferentes objetivos:

- Permitir a cada um construir os conhecimentos e as competências necessárias para fazer frente à complexidade do mundo e da sociedade; de modo que os educandos sejam capazes de formar uma opinião e defender um ponto de vista através da argumentação.
- 2. Utilizar os saberes para desenvolver a razão, o respeito à maneira de ser e à opinião do outro. Para Perrenoud (2005), a educação é capaz de tornar o mundo inteligível e, assim, ajudar a dominá-lo pela inteligência, não pela violência. Para desenvolver a cidadania, é preciso dissipar uma cultura científica, em vez de uma acumulação de conhecimentos fragmentados e desconectados da realidade.
- Consagrar tempo, meios, competências e inventividade didática em um trabalho mais intensivo e continuado sobre os valores, as representações e os conhecimentos que a sociedade pressupõe.

Os conceitos de educação trazidos por Charlot (2005) e Perrenoud (2005) são fundamentais para trazer sentido ao ensino da educação financeira como competência necessária ao exercício da cidadania. Reforçam também que de nada adianta abordar o tema de forma matemática, sem vínculo cotidiano ou atitudinal. A proposta pedagógica da ENEF (2017) diz que é preciso preparar para que o conhecimento financeiro seja realmente aplicado em situações complexas,

transformando práticas, atitudes e opiniões. Quando o saber ganha sentido, o cidadão educado financeiramente é capaz de refletir sobre os impactos de seu consumo na sociedade onde vive, local e globalmente, e, também, nos impactos presentes e futuros de suas decisões. A Figura a seguir utilizada na proposta pedagógica da ENEF (2017) ilustra estas dimensões:

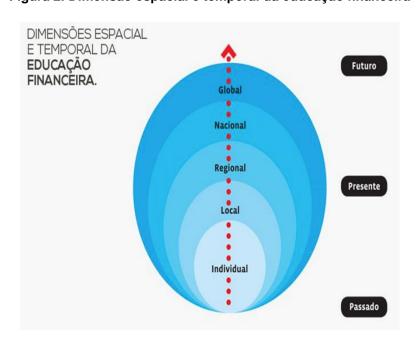


Figura 2. Dimensão espacial e temporal da educação financeira

Fonte: AEF-Brasil, ENEF. 2017. np. Disponível em: <a href="https://www.vidaedinheiro.gov.br/proposta-pedagogica/">https://www.vidaedinheiro.gov.br/proposta-pedagogica/</a>. Acesso em: 24 set. 2021.

Essa cadeia de inter-relacionamentos nos mostra que, embora as decisões financeiras sejam individuais, os impactos incidirão também na sociedade local, regional, nacional e global. Além disso, a figura nos mostra que na dimensão temporal as decisões tomadas no presente afetam os resultados que serão colhidos no futuro e estão conectadas às práticas do passado. E, quando essas práticas impactam o bem comum é que a educação financeira ganha seu posto de conhecimento necessário ao exercício pleno da cidadania.

O documento ENEF (2017, p.10), que traz orientações para educação financeira nas escolas, reforça que o objetivo da inserção do tema no ambiente escolar é formar para a cidadania e resume as ideias aqui apresentadas:

A cidadania é uma articulação dos direitos e deveres civis, políticos e sociais (Marshall, 1967). Ser cidadão, portanto, é ter direito de usufruir várias possibilidades que a vida oferece, tais como liberdade, igualdade, propriedade, participação política, educação, saúde, moradia, trabalho, dentre outras. Ser cidadão é ser responsavelmente ativo na sociedade, protagonizando a construção da democracia. Nessa linha, Perrenoud (2002) indica que ensinar direitos e deveres sem uma mudança de pensamento e uma tomada de ação não é suficiente para se formar cidadãos. O exercício da cidadania é ingrediente indispensável da construção de uma sociedade democrática e justa, e a Educação Financeira tem como principal propósito ser um dos componentes dessa formação para a cidadania.

Se educar-se é inerente à condição humana, a tornar-se humano e socializarse (CHARLOT, 2005); e ser cidadão é ter direito de usufruir do trabalho como meio para conquista de liberdade financeira e individual; o que vem a ser o trabalho neste contexto?

Para Saviani (2003) o trabalho é base e mediação entre o homem e a natureza, na qual ele transforma o mundo que o rodeia, condição inerente ao próprio ser humano. É pelo trabalho que o homem se adapta à natureza, transformando-a, e constrói o espaço onde vive, em um processo contínuo de mudança. "Não existe sociedade sem homem e homem sem trabalho, porque o trabalho se constitui parte inseparável da existência humana e da construção de suas relações sociais" (VENZEL, 2017, p.5).

Nesta busca constante de transformação tanto nas condições materiais como na maneira de pensar e agir, o trabalho dinamiza e liberta o homem. No entanto, Saviani (2003) nos desafia a reflexão de que, historicamente, o trabalho também vem sendo utilizado como instrumento de alienação. Segundo o autor, o homem constrói objetos e conhecimentos, que muitas vezes são utilizados para dominação do próprio homem que o construiu (SAVIANI, 2003). Assim, o trabalho deve ser entendido como parte inseparável da existência humana e compreendido sob a ótica da libertação ou alienação do homem.

Para lanni (1994), a alienação ocorre quando se retira do trabalhador seu prazer em alcançar o resultado do processo de produção, seu conjunto e sua capacidade criadora do ato de trabalho, acabando com as possibilidades de iniciativa, de reflexão, de decisão e de realização profissional. Isto acontece quando o homem não decide mais o que produzir, porque produzir, quando e como produzir, porque os instrumentos e o produto não mais lhe pertencem; cabe a ele simplesmente executar tarefas. Sob essa ótica, aprender a administrar o resultado financeiro deste trabalho perde sentido, assim como a atividade per si.

Essa relação entre educação e trabalho se consolida quando ocorre a transmissão dos conhecimentos acumulados historicamente pelo homem e a produção de um novo conhecimento a partir destes saberes. Este é o ápice do trabalho intelectual, motivador do trabalho humano, isto porque o conhecimento é produzido para dar respostas concretas aos problemas enfrentados pelo homem no seu dia a dia. Isto só é possível porque o homem construiu sua história ou conhecimentos acumulados a partir do próprio trabalho humano e a partir da produção e do domínio do conhecimento (VENZEL, 2017, p.7).

Para Saviani (2003) a educação situa-se na categoria do trabalho não material, trata-se da produção de ideias, conceitos, valores, símbolos hábitos, atitudes e habilidades; trata-se da produção do saber em sua forma mais ampla.

O fenômeno da globalização faz com que o conjunto da produção humana, os saberes, não sejam mais localizados, comunitários, e as relações sociais passam a ocorrer no âmbito global. Faz necessário expor a tríplice relação entre educação, trabalho e globalização para então compreender a influência de organizações internacionais como a OCDE na elaboração de políticas públicas e educacionais em todo o mundo, e refletir como a globalização influencia o processo educacional, a transmissão do saber, a organização do trabalho e, principalmente, o papel do Estado.

### 2.2 Educação, trabalho e globalização

Adicionaremos aos conceitos de educação e trabalho apresentados, o fenômeno da globalização. Se a socialização faz parte do processo educacional, o acesso à tecnologia e informação torna o indivíduo membro de uma comunidade global. Morrow e Torres (2004, p. 35) descrevem este fenômeno:

Quando falamos de globalização há que se destacar a intensificação das relações sociais mundiais que ligam comunidades distantes, de modo que os acontecimentos locais são moldados por eventos que ocorrem a muitas milhas de distância e vice-versa e como esse processo afeta a constituição de identidades nacionais e grupos de interesse, tornando a classe trabalhadora ainda mais fragmentada e dividida. Essa estrutura permite a manutenção do poder de dominação e influência do Estado na sociedade, ainda que o mesmo esteja perdendo sua soberania diante do processo de globalização.

Para os autores, a globalização da economia produziu uma unificação do capital (financeiro e intelectual) em escala mundial, ao mesmo tempo que obscureceu

os limites nacionais. A infraestrutura tecnológica e de comunicação inserida no contexto no final do século XX trouxe a capacidade de se operar como uma unidade em tempo real e em escala planetária, tornando a nova economia global mais fluída e flexível.

Neste novo contexto, no qual educação, ciência e tecnologia constituem um tripé para o desenvolvimento social e econômico, Azevedo (2004, p. 13) coloca "...a educação como um dos mais poderosos meios de transformação das mentalidades tradicionais, em direção à racionalidade". Para o autor, somente aqueles que detêm maior conhecimento e compreendem a complexidade da tecnologia moderna, são capazes de tomar decisões racionais sobre os bens públicos e sobre os rumos da sociedade.

Cabe ressaltar que o acesso à tecnologia moderna citado por Azevedo (2004) não ocorre da mesma forma em todos os países e, mais do que isso, as limitações sociais e econômicas deste acesso fazem com que parte da sociedade fique à margem do processo de globalização. O alerta também é feito pelos autores Morrow e Torres (2004), que afirmam que a globalização não é, em si, um fenômeno unificado e global, e que o significado da globalização pode operar de maneira diferente em várias partes do mundo, a depender do acesso da sociedade à tecnologia e à informação, meios que proporcionam a integração dos conhecimentos.

Para Morrow e Torres (2004), o Estado passa a ser internacionalizado, no sentido que suas agências e políticas ajustam-se aos ritmos da nova ordem mundial. Partindo dessa linha de análise, a educação passa a ser um bem de consumo individualizado no mercado global, e o Estado neoliberal, mais orientado para o comércio, faz uso da privatização e mercantilização em massa das atividades educacionais. Por fim, os autores enfatizam que a economia global baseada na informação afeta sistematicamente o poder e a responsabilidade do Estado Nacional em relação às suas Políticas Educacionais. Cada vez mais o sistema conduz a educação apenas para formar mão de obra e exclui severamente quem está à margem da informação, ou seja, da educação global. "O perigo crônico desse tipo de estratégia é que elas simplesmente reforçam desigualdades educacionais, que levam a desequilíbrios sociais (os chamados marginalizados do "Quarto Mundo") que se desenvolvem em desequilíbrios políticos" (MORROW, TORRES, 2004, p. 37).

De acordo com Azevedo (2004, p. 15), é importante ressaltar que as orientações externas são incorporadas às políticas educacionais neste processo, e

ainda que se apresentem como um fenômeno com características comuns a nível global, localmente reveste-se das singularidades próprias de cada contexto.

Os padrões definidos pelos rumos da globalização são localmente ressignificados, apesar de não perderem as marcas advindas das decisões em escala mundial. Na medida em que as orientações globalizadas se direcionam para contextos socioculturais que não são homogêneos, resultam em processos que buscam articular a lógica do global, do regional e do nacional, e, no interior das sociedades, as lógicas que regem as instituições e, em particular, os espaços, locais. AZEVEDO (2004, p. 15)

A globalização do capitalismo também pode ser considerada como processo civilizatório, implica a formação da sociedade global, rompem-se as referências sociais e mentais emblemáticas da sociedade nacional. "São mudanças quantitativas e qualitativas que afetam não só os arranjos e a dinâmica das forças produtivas, mas a própria estrutura social, colocando novas formas e novos significados do trabalho". (IANNI, 1994, p. 2).

Para lanni (1994), a globalização se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimentos de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, altas taxas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

Nessa ótica do capital global, as mudanças nas nossas políticas educacionais vão se realizando e provocando uma dissociação cada vez mais profunda entre uma educação voltada para a cidadania e a formação científico-tecnológica voltada para o trabalho (MELLO, 1998).

O novo contexto mundial marcado pela globalização e pela menor intervenção do estado na economia, estimula ainda mais a competição entre os países e entre as empresas. "Além disso, começa a se instalar um novo paradigma produtivo, cuja base técnica é eletroeletrônica, e que está ancorado sobretudo no conhecimento e na educação" (SOBRAL, 2000, p. 4).

Para o autor, a educação passa a ser promotora de competitividade, como forma de suprir a necessidade do indivíduo por empregabilidade nessa sociedade moderna e global. Dessa forma, os indivíduos tornam-se mais competitivos e consequentemente as empresas ficam mais competitivas no mercado internacional, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade. Percebe-se nesse contexto uma legitimação de caráter mais econômico, possibilitada pela educação (SOBRAL, 2000).

Cabe aqui uma importante reflexão colocada por Sobral (2000), na qual a "educação para cidadania" e a "educação para o trabalho" não são excludentes, muito pelo contrário, devem funcionar como consensos na agenda dos debates e formulação de políticas educacionais em âmbito internacional. Essa reflexão também é citada por Mello (1998):

[...] a educação passa a ocupar, junto com as políticas de ciência e tecnologia, lugar central e articulado na ponta das macro políticas do Estado, como fator importante para a qualificação dos recursos humanos requeridos pelo novo padrão de desenvolvimento, no qual a produtividade e a qualidade dos bens e produtos são decisivos para a competitividade internacional. Ainda que por si só a educação não assegure a justiça social, nem a erradicação da violência, o respeito ao meio ambiente, fim das discriminações sociais e outros objetivos humanistas que hoje se colocam para as sociedades, ela é, sem dúvida, parte indisponível do esforço para tornar as sociedades mais igualitárias, solidárias e integradas (MELLO, 1998, p. 43).

As colocações de Mello (1998) reforçam o papel intencional do Estado, as vezes sutil, por vezes explícito, de intervenção na escolarização para tentar maximizar a produção eficiente tanto dos agentes quanto do conhecimento exigido pela economia e pelo capital. O Estado passa a concentrar seus recursos nas ciências tecnológicas que lhe darão um retorno mais significativo e imediato no mercado. (MORROW, TORRES, 2004, p. 36).

Entender em linhas gerais a relação entre educação, cidadania, trabalho e globalização mostrou-se fundamental para seguir em direção a compreensão de como se dá a elaboração de políticas públicas e educacionais, e como a educação financeira se inseriu nesse contexto.

## 2.3 Políticas Públicas e Educação

Nesta subseção, objetiva-se introduzir a relação entre Estado, educação e políticas públicas; essencial para o entendimento de como a educação financeira se torna política pública no Brasil, objetivo central desta dissertação.

Inicialmente, tomaremos como definição de Estado a caracterização feita por Pinto, Xavier e Mota (2018), na qual o Estado surge com o conceito de sociedade civil, "um agrupamento de pessoas civilizadas" vivendo em um determinado território, sob a regência de um poder, respeitando um conjunto de regras e normas. As leis são definidas para e pelo Estado e ele não se desvincula da sociedade e das relações sociais que podem surgir, devendo, portanto, servir a essa sociedade. No que tange

ao aspecto referente à parte de quem governa e de quem é governado, observa-se que em ambas a questão do poder sempre está imbricada.

A legitimidade do poder do Estado se dá por meio das políticas públicas, definidas por Azevedo (2004) como "o Estado em ação"; elas fornecem visibilidade, materialidade e legitimidade à máquina pública, constituindo também condição de estabilidade política. As políticas públicas e políticas educacionais se apresentam como instrumentos do Estado para intervenção na educação, na formação do cidadão e na construção da sociedade que se almeja.

Pinto, Xavier e Mota (2018) destacam que "as políticas públicas podem ser entendidas como uma resposta dos governantes a uma demanda ou problema que apresenta um impacto público". Elas influenciam e são influenciadas por valores, costumes e ideias que formam a base da relação Estado e sociedade, além do contexto histórico-social do país em que são adotadas. Os autores esclarecem, ainda, a diferenciação entre políticas públicas de governo e políticas públicas de Estado, classificação essencial para compreensão do alcance e finalidade de cada uma delas:

As políticas públicas assumem duas vertentes: de um lado, as políticas de governo, encabeçadas pelas decisões do poder executivo tomadas diante de determinadas demandas mais imediatistas que surgem na própria agenda política e administrativa interna ou de eventos que ocorrem em âmbito externo ao país e, até mesmo, por força de mecanismos internacionais. Essas políticas geralmente agem no curto prazo e são executadas e administradas por meio de ministérios e secretarias, por exemplo. De outro lado, encontramse as políticas de Estado, que envolvem problemas que geram demandas maiores do país, dos estados ou municípios e vários ministérios ou secretarias na sua execução, sendo aprovadas no âmbito do poder legislativo, geralmente após processo de audiências públicas com a sociedade. As Políticas de Estado podem surgir de novos problemas ou serem reformuladas a partir da ineficácia de políticas adotadas anteriormente que, muitas vezes, acabam por mudar normas e leis pré-existentes. Assim, essas políticas atuam mais a longo prazo (PINTO, XAVIER, MOTA, 2018, p.371).

Godoy e Polon (2017) nos trazem a necessidade de refletir sobre os desafios da implementação de políticas públicas, independente da sua natureza (seja de Estado ou de governo) sob o tripé: proposição, implementação e avaliação.

Para Souza (2003), os diferentes ciclos que perpassam a implementação de políticas públicas não condizem necessariamente com a realidade, mas são um relevante instrumento analítico para entendermos os processos decisórios que fazem parte das políticas públicas, conforme apresentado a seguir:

Quadro 1. Fases de implementação das políticas públicas

| FASE 1                     | FASE 2                       | FASE 3                   | FASE 4                       |
|----------------------------|------------------------------|--------------------------|------------------------------|
| AGENDA                     | FORMULAÇÃO                   | IMPLEMENTAÇÃO            | AVALIAÇÃO                    |
| Momento de definição de    | As políticas serão objeto de | Momento em que os planos | Busca-se compreender as      |
| temas prioritários a serem | formulação, de               | formulados se tornarão   | diferenças entre o que foi   |
| tratados pelo Estado. Fase | planejamento, de decisão     | realidade. Depende       | formulado e o que foi        |
| de compreensão de como e   | sobre seus modelos e         | fortemente da ação de    | executado. Os resultados     |
| por que determinados       | objetivos. Definição do      | burocratas e dos         | alcançados devem ser         |
| temas são (ou se tornam)   | papel dos diferentes         | instrumentos de ação     | avaliados em suas várias     |
| prioritários.              | agentes no processo.         | estatal.                 | dimensões (eficiência,       |
|                            |                              |                          | eficácia, efetividade, etc.) |

Fonte: Adaptado de LOTTA, Gabriela. **Teoria e análises sobre implantação de políticas públicas no Brasil.** Brasília: Enap, 2019, p. 13.

Muitas vezes, as políticas são elaboradas fora da realidade e contexto em que serão aplicadas. Consequentemente, na implementação a prática não condiz com o proposto inicial, e, ainda, há de se considerar as condições humanas, estruturais e organizacionais. Exemplo disso é a própria ENEF, que será detalhada no capítulo a seguir e foi concebida como política de governo. Em sua fase de implementação, esbarrou em diversas barreiras que deveriam ter sido analisadas na fase de proposição ou formulação, como a formação de professores multiplicadores do tema e mesmo após dez anos de atuação ainda não possui indicadores efetivos de avaliação, o que justifica resultados tímidos anteriores à entrada na BNCC em 2017, no que tange à educação básica, e ainda mais irrisórios se levarmos em consideração a ausência de uma política pública estruturada para a educação superior.

À medida que a sociedade evolui e expõe suas mazelas e necessidades, mais requer análises sobre as políticas implementadas na atualidade, por isso a avaliação é item essencial para se medir a efetividade dessas políticas, a aderência a realidade, podendo evitar que projetos e programas fossem excluídos pelo simples fato de não estarem articulados com grupos de poder político.

Para Reis (2013, p. 51), toda estratégia governamental tem um pano de fundo (decisões, escolhas, caminhos) e para que se entendam as "Políticas Públicas" fazse importante compreender a relação destas com o Estado, como um conjunto de programas e projetos que parte da sociedade, consubstanciando um norteador político. Hofling (2001, p.38) reflete sobre a relação entre Estado, Governo e políticas públicas, pois o "processo de definição de políticas públicas para uma sociedade

reflete os conflitos de interesses, os arranjos feitos nas esferas de poder que perpassam as instituições do Estado e da sociedade como um todo".

Assim, entende-se que as políticas públicas envolvem vários níveis de articulação e de decisão e, por esse motivo, não devem ser consideradas apenas como resultado de definições normativas, leis e regras restritas ao campo político/administrativo. "Elas são constituídas por processos dinâmicos e complexos de interações entre atores, ideias, práticas, intenções, omissões, decisões e recursos envolvidos" (REIS, 2013, p. 51).

Como exposto acima, embora as políticas públicas sejam emergentes das necessidades da sociedade, elas carregam interesses políticos e se encontram intimamente ligadas às condições econômicas e sociais no âmbito local e global. Para Morrow e Torres (2004), embora a discussão sobre a liberdade individual e um mundo sem fronteiras de conhecimento pós globalização esteja sempre presente, o Estado não deixa de justificar sua atuação na educação, de forma planejada e direcionada. "As implicações políticas da educação superam as condições de um indivíduo a ser educado e constituem um conjunto estratégico de decisões que afetam a sociedade maior" (MORROW; TORRES, 2004, p.27).

Desta forma, o conhecimento pode ser entendido como uma forma de capital, que pode ser acumulado, conduzindo a um poder maior na arena econômica. As escolas desempenham papel fundamental nesse processo de acumulação de capital cultural, legitimando e reproduzindo o conteúdo a ser definido pelo Estado e por políticas educacionais. Nesse sentido, nos voltemos agora para o papel da escola, como um braço importante dentro do aparato estatal (APPLE, 1985).

As escolas alocam pessoas e legitimam conhecimento. Elas legitimam pessoas e alocam conhecimento. Obviamente podemos falar a respeito dessa combinação (e elas não são funções separadas, mas que se interpenetram) de forma positiva ou negativa. Ela é basicamente boa, má ou contraditória. Mas de qualquer forma devemos analisar o controle tanto da cultura quanto da economia, se quisermos entender o que as escolas fazem. Assim, como veremos, o controle do conhecimento e o controle do poder econômico estão relacionados... (APPLE, 1985, p. 59).

No tocante às políticas educacionais, após a globalização a educação passa a ser um "bem de consumo global" e a descentralização entendida como um modo de aumentar a eficiência e eficácia do gasto público; além disso, a privatização dos sistemas educacionais pode ser percebida como um deslocamento da produção de

bens e serviços públicos para o setor privado lucrativo, alterando a relação entre a educação, o Estado e seus laços de poder (APPLE, 1985; DRAIBE, 1993).

Tomaremos o resumo da abordagem neoliberal feita por Azevedo (2004, p.37) como referência conceitual:

[...] a expansão da escolarização como forma de arrefecer as desigualdades sociais; ao setor público competiria transferir ou dividir com o setor privado a gestão administrativa das instituições escolares para garantir a manutenção da qualidade dos serviços educacionais; garantir às famílias a liberdade para escolher entre as instituições públicas e privadas a educação que melhor lhes aprouver; o financiamento da formação profissional por meio de empréstimos públicos ou privados mediante o compromisso do beneficiários de quitar os débitos contraídos, quando da sua atuação no mercado de trabalho; a transferência, para o setor privado, da responsabilidade pelo ensino profissionalizante.

Como exemplo desse processo, se enquadram as políticas educacionais na Educação Superior. A preocupação do Estado passa por estabilizar-se para o mercado estrangeiro; no âmbito acadêmico, os autores Burbules e Torres (2004) comentam que as universidades são "fábricas de diplomas" que conseguem capturar uma porção razoável do mercado universitário, mercantilizando a "educação". Os autores também citam as consequências da "Educação global a distância", que reduz o investimento e a responsabilidade do Estado na educação pública, formando pessoas com algumas dificuldades cognitivas e reflexivas, e desta forma sucateiam a educação local.

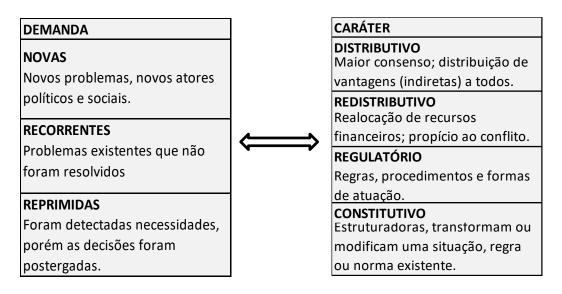
Há que se diferenciar, ainda, as políticas educacionais no âmbito da dualidade política de Estado e política de governo que conceituamos anteriormente. Ganzelli (2013, p. 46) coloca que os propositores da política de Estado buscam a institucionalização de normativas que destinam em comum acordo a responsabilidades de cada ente federado para a garantia do direito à educação. Já os propositores da política de governo defendem a preponderância da elaboração de agendas governamentais que atendam à área da educação.

Seja qual for o objetivo final, o processo de perpetuação do poder do Estado por meio da educação e de políticas educacionais está sempre presente e é reforçado por Morrow e Torres (2004, p. 32) quando descrevem que "...os sistemas organizados de educação operam sob a égide de um Estado-nação que controla, regula, coordena, comanda, financia e certifica o processo de ensino e aprendizagem". Tudo isso,

reforça o papel do Estado, as vezes sutil, por vezes explícito, de intervenção na escolarização e no tipo de saber a ser oferecido para a sociedade.

Verifica-se que a implementação de uma política pública assume distintos papéis, a depender do público, do setor ou grupo social a que se destina e se relaciona com as demais políticas (BELLONI, MAGALHÃES e SOUSA, 2001, p. 33). Desta forma, sua existência deve justificar-se pelo tipo de demanda da sociedade e pelo caráter de inter-relação com outras ações governamentais já existentes, conforme exposto a seguir:

Figura 3. Classificação das Políticas Públicas sob critério de demanda e caráter



Fonte: elaborado pela autora, a partir de PINTO, Rafael Ângelo Bunhi; XAVIER, Silvana Maria Gabaldo; MOTA, Giane Ap. Sales da Silva. Políticas públicas em educação e avaliação: políticas de Estado ou políticas de governo? In: Il Congresso Internacional de Educação: História, Historiografia, Políticas e Práticas. Sorocaba, 2018. **Anais...** Sorocaba: Universidade de Sorocaba, 2018 (p. 357-360).

Sob o critério da demanda, Rua (1998) indica que as demandas novas resultam do advento de novos problemas que surgem no contexto econômico, social, político ou educacional; tomando como exemplo a educação financeira, política pública objeto desta investigação. A autora se refere às demandas recorrentes como sendo aquelas oriundas de problemas existentes que não foram resolvidos por políticas anteriores, e, finalmente, as demandas reprimidas são aquelas em que o Estado optou por omitirse a necessidade anteriormente detectada, sob a qual não foram tomadas decisões a seu respeito ou tiveram suas ações postergadas.

Com relação ao caráter, Frey (2000) descreve as políticas públicas de cunho distributivo como aquelas que possuem baixo grau de conflito político, na maioria das

vezes decisões consensuais. Do outro lado, as políticas de caráter redistributivo são mais propícias ao conflito (PINTO, XAVIER e MOTTA, 2018, p. 360), pois grupos sociais se tornam contrários ao uso de recursos públicos para financiamentos direcionados ou interesses políticos implícitos nas negociações, como exemplo o bolsa família, ProUni e FIES.

Desenvolvidas conforme as necessidades e interesses dos entes e atores envolvidos na elaboração, as políticas de caráter regulatório se referem à legislação que regulamenta aquilo que os governos federal, estaduais, do distrito federal e municipais podem ou não fazer a respeito de uma política pública distributiva ou redistributiva (PINTO, XAVIER e MOTTA, 2018, p. 360).

Por fim, as políticas de caráter constitutivo ou políticas estruturadoras são aquelas que consolidam o próprio governo e "determinam as regras do jogo e com isso a estrutura dos processos e conflitos políticos, isto é, as condições gerais sob as quais vêm sendo negociadas as políticas distributivas, redistributivas e regulatórias" (FREY, 2000, p. 224).

Como vimos, independentemente de sua classificação em relação ao caráter ou à demanda, as políticas públicas e educacionais carregam características do contexto econômico, social e político (local e global) no qual estão inseridas, por isso nos voltemos agora ao contexto histórico e a concepção de educação financeira no Brasil, que antecedem o seu status como política pública.

## 3 EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL

Nesta seção, se pretende repassar os principais conceitos de educação financeira que a justificam como tema de política pública. Começando pelo texto base da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que origina suas recomendações sobre o tema em 2005, até se chegar a pesquisadores contemporâneos, como: D'Aquino (2008), Lusardi (2015) e Modernell (2016). Também se retrata a transição para o letramento financeiro, conceito no qual incorpora-se o fator comportamental. Posteriormente, apresenta-se o contexto histórico da educação financeira no Brasil até se chegar à elaboração da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF).

## 3.1 Concepção

Começaremos pensando um pouco sobre o que é educação financeira em um sentido mais amplo. Muitos de nós, quando ouvimos falar sobre esta expressão, a rejeitamos, por estar associada à matemática das finanças, cálculos complexos relacionados a juros, poupança e inflação; ou ainda nos atemos ao conceito de que somente quem tem dinheiro de sobra deve se preocupar com finanças pessoais e educação financeira. O objetivo deste capítulo é abordá-la além de sua complexidade matemática, como um processo de instrumentalização do indivíduo

Iniciaremos com o conceito de conscientização financeira. Compreendida como uma crença produzida no mundo das finanças, buscar-se-á compreender a educação financeira não apenas no que concerne aos seus aspectos econômicos, mas, principalmente, como um processo que envolve valores morais, culturais, políticos, simbólicos e sociais presentes no mercado e que se configuram e se reconfiguram, colaborando para a transformação cognitiva da sociedade (LEITE, 2011, p.17).

Já em 2003, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) define educação financeira como a capacidade para identificar, compreender, interpretar, criar, comunicar e usar novas tecnologias, conforme os diversos contextos, em um processo contínuo de aprendizagem que possibilita que os indivíduos alcancem os seus objetivos, desenvolvendo seu potencial e suas habilidades, a partir da aquisição e aprimoramento de seu conhecimento. Isso permite

que participem de forma crítica em sua comunidade, contribuindo para o bem-estar social e não voltada apenas para preparação para o consumo de produtos bancários. "A educação financeira deve ser crítica e cidadã, a serviço tanto da melhoria da qualidade de vida individual quanto do bem-estar social" (GIORDANO *et al.*, 2019, p.13).

Silva e Powell (2013, p.13) propõem um design de uma proposta de currículo para Educação Financeira e ressaltam a importância da abordagem do tema no âmbito escolar, de forma que os conceitos matemáticos sejam incorporados nas decisões e na formação do estudante, ganhando sentido no cotidiano:

A Educação Financeira Escolar constitui-se de um conjunto de informações através do qual os estudantes são introduzidos no universo do dinheiro e estimulados a produzir uma compreensão sobre finanças e economia, através de um processo de ensino, que os torne aptos a analisar, fazer julgamentos fundamentados, tomar decisões e ter posições críticas sobre questões financeiras que envolvam sua vida pessoal, familiar e da sociedade em que vivem.

De acordo com esta definição, a Educação Financeira Escolar deve ser crítica e cidadã, a serviço tanto da melhoria da qualidade de vida individual quanto do bemestar social.

Nas últimas décadas, este conceito amplo de educação financeira vem sendo difundido como competência para o exercício pleno da cidadania. O site oficial do *Center for Financial Inclusion* (2011) descreve a educação financeira como "A combinação de conhecimentos, competências, atitudes e comportamentos que conduz a decisões financeiras informadas e ao uso adequado dos serviços financeiros". Desta forma, garante-se um desenvolvimento econômico sustentável e o exercício pleno da cidadania. Segundo uma das maiores especialistas em educação financeira do mundo, Annamaria Lusardi² (2015, p.8), "o objetivo do conhecimento financeiro é nos tornar mais felizes", por isso cada vez mais instituições públicas e privadas reconhecem a importância de educar financeiramente seus cidadãos.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Annamaria Lusardi, diretora Acadêmica da George Washington University School of Business e uma das maiores especialistas do mundo em educação financeira. Autora do blog "Financial Literacy and Ignorance", já lecionou em conceituadas universidades americanas incluindo a Princeton Universitye, que hoje consolida suas pesquisas e trabalhos na área no portal: <a href="https://www.annamarialusardi.com/">https://www.annamarialusardi.com/</a>.

Para esta dissertação, tomaremos como base o conceito de educação financeira da OCDE (2005, p. 5), no qual o tema é definido como:

O processo pelo o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, podem fazer escolhas beminformadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, podem contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro.

O conceito reforça que a educação financeira deve atuar na formação atitudinal do indivíduo em relação às suas finanças. A importância do elemento comportamental também foi resultado de pesquisa realizada pelo Banco Central do Brasil (BC), em 2015, em que a Instituição concluiu que é preciso que a educação financeira seja conduzida de forma continuada e criativa, para afetar as habilidades dos cidadãos de fazerem escolhas conscientes e comprometidas com suas próprias metas e seus sonhos e que, assim, possam alcançar uma vida mais autônoma a partir do uso de seus recursos financeiros de forma mais racional e cuidadosa.

Evoluiremos agora a concepção de educação financeira para letramento financeiro. Soares (2016) descreve que o letramento apresenta outra amplitude, é processual, dinâmico e contínuo, influenciado por fenômenos socioculturais e históricos, além de ser considerado pela maioria dos pesquisadores como um elemento transformador da ordem social, na medida em que permite acesso e manipulação da informação. Para o autor, o letramento

está associado ao domínio da língua natural e à compreensão do contexto, fatores que fazem a hipótese e a contextualização prática serem também essencial.

No contexto da Educação Financeira, de acordo com VITT (2004), o letramento desempenha um papel fundamental. Ele pode ser compreendido como um processo de instrumentalização do cidadão, visando melhorar a sua capacidade de tomar decisões que afetem diretamente sua situação financeira (como a escolha de um plano de saúde ou de previdência privada, por exemplo). Para essa autora, tal letramento representa o resultado de um esforço sistemático no aprimoramento de comportamentos e atitudes adequadas, embasadas em conhecimento financeiro, bem

como nos valores pessoais, relativos à vida interna, tanto psicológica quanto espiritual, física, social e financeira (VITT, 2004, p. 76).

Para Criddle (2006), um bom nível de letramento financeiro vai além de saber planejar o orçamento familiar e controlar contas bancárias, caderneta de poupança e outros investimentos. O autor julga ser necessária uma profunda reflexão sobre o valor do dinheiro antes de determinar objetivos e traçar metas para a vida pessoal. O letramento financeiro é, assim, um processo que deve considerar o papel do indivíduo em sua sociedade.

Giordano, Assis e Coutinho (2019, p.10), consolidam diversos trabalhos e chegam a um modelo conceitual de letramento financeiro, no qual o conhecimento financeiro transmitido por meio da educação financeira altera a percepção das situações cotidianas, influenciando o comportamento financeiro do indivíduo até se transformar numa habilidade adquirida.

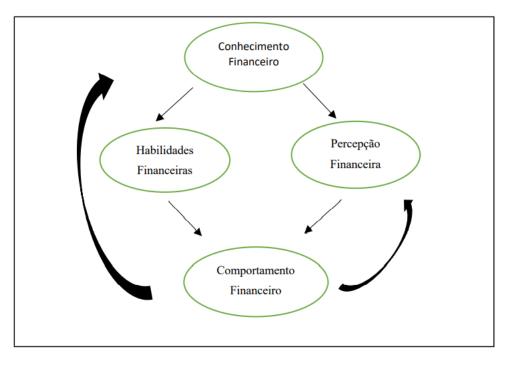


Figura 4. Modelo conceitual de letramento financeiro

Fonte: HUNG, PARKER e YOONG (2009, p. 12) *apud* GIORDANO, Cassio C.; ASSIS, Marco R.; COUTINHO, Cileda. A Educação Financeira e a Base Nacional Comum Curricular. **Em TEIA - Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana,** v. 10, n. 3, 2019, p.10.

Importante ressaltar as observações feitas por Remud (2010), que se mostra cético quanto à possibilidade de chegarmos a um consenso quanto a uma conceituação de letramento financeiro amplamente aceita, dentre as diversas

definições conceituais e operacionais. O meio acadêmico e as instituições financeiras públicas e privadas apresentam motivações e interesses distintos. "Uma definição de letramento parte sempre de uma dada perspectiva, de uma certa visão de homem e de mundo" (REMUD, 2010, p.34). Sendo assim, os pesquisadores continuam livres para definir e mensurar o letramento financeiro de acordo com suas próprias concepções.

Lusardi e Mitchell (2011) consideram a falta de letramento financeiro um problema social, concluindo que não devemos pensar em educar financeiramente um indivíduo, mas a sociedade, de modo mais amplo. Particularmente, esses autores atribuem à crise financeira nos Estados Unidos da América no início do século XXI, em parte, ao precário letramento do povo norte-americano como um todo, embora os efeitos da crise afetem de modo mais agudo as pessoas mais vulneráveis financeiramente.

Em visita exclusiva ao Brasil em maio de 2017, convidada especial para palestrar no evento de abertura da 4ª. Semana da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), em sua palestra intitulada *"Financial Literacy: a vision for the future"*, Lusardi (2017) falou sobre a urgência da inclusão de Educação Financeira no sistema educacional de todo o globo, com foco em crianças, jovens e mulheres. Reforçando o aumento da expectativa de vida em todo o mundo e a responsabilidade financeira individual sobre sua própria aposentadoria e estabilidade econômica no futuro.

Destacando a importância da educação financeira para o cidadão comum, Teixeira (2015, p. 13) ressalta que o propósito não consiste somente em aprender a economizar, cortar gastos, poupar e acumular dinheiro, é muito mais que isso. "É buscar uma melhor qualidade de vida, tanto hoje quanto no futuro, proporcionando a segurança material necessária para obter uma garantia para eventuais imprevistos".

Lusardi, Klapper e Oudheusden (2015) conduziram uma pesquisa global sobre educação financeira com 150 mil pessoas acima de 15 anos, em 143 países, que buscava identificar quem possui conhecimento financeiro. Esse perfil leva em conta quatro critérios: Numerário, Interesse, Inflação e Diversificação. A pessoa considerada educada financeiramente apresenta aquisição de três dos quatro conceitos. Concluíram que, no mapa mundial, apenas um em cada três adultos pode ser considerado educado financeiramente. E no Brasil, essa realidade não é diferente,

apenas 35% da população apresenta conhecimento financeiro básico (LUSARDI, KLAPPER e OUDHEUSDEN, 2015, p. 36).

Segundo os autores, os países que lideram o *ranking* da pesquisa são Austrália, Estados Unidos, Canadá e Reino Unido. Mas o índice de conhecimento financeiro ainda é baixo tanto nas economias avançadas, quanto nos Brics<sup>3</sup>. Além disso, a pesquisa também revela um grande *gap* entre gêneros – enquanto 35% dos homens em todo o mundo apresentam conhecimento financeiro, apenas 30% das mulheres se enquadram nesse perfil. No Brasil, essa distância é ainda maior: 41% dos homens contra 29% das mulheres, reforçando a importância de políticas públicas focadas nesse público (LUSARDI, KLAPPER e OUDHEUSDEN, 2015, p. 41).

Para Lusardi (2017, p. 8), "o investimento em educação financeira não é uma escolha dos governos, é uma necessidade de conhecimento para o século XXI". Para a pesquisadora, cinco pontos cruciais podem ajudar nessa missão: começar cedo, com programas educacionais para crianças pequenas, como ocorrem em países como Nova Zelândia e Reino Unido; desenvolver um currículo sólido com conteúdos específicos; capacitar e engajar os professores nos programas; envolver os pais e usar a tecnologia como plataforma ao aprendizado. "Precisamos de pessoas visionárias, inovadoras. Não estamos pensando em caridade, mas em formar cidadãos, clientes e profissionais que atuarão de forma autônoma na economia atual" (LUSARDI, 2017, p. 10).

D'Aquino (2008) afirma que vivemos em uma sociedade de consumo exagerado em que as novas tecnologias e o acesso à informação estão a todo momento aguçando nossas necessidades de consumo. A necessidade de consumir permeia todas as classes sociais, fazendo parte da "natureza humana" das pessoas de buscar a satisfação imediata para alcançar todos os seus desejos e necessidades. Para D'Aquino (2008) a "maturidade financeira" se caracteriza pela capacidade de adiar os desejos de agora em função de objetivos futuros.

Todavia, se a Educação Financeira não faz parte dos conhecimentos adquiridos ao longo da trajetória acadêmica e/ou pessoal da maioria dos indivíduos,

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Brics é o agrupamento formado por cinco grandes países emergentes - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul - que, juntos, representam cerca de 42% da população, 23% do PIB, 30% do território e 18% do comércio mundial. Fonte < http://brics2019.itamaraty.gov.br/sobre-o-brics/o-que-e-o-brics/

possivelmente muitos são atraídos pelas armadilhas do consumo facilitado, resultando em uma situação de endividamento ou inadimplência.

Os consumidores são inseridos cada vez mais cedo em um contexto de aumento das ofertas de cartões de crédito, financiamentos, empréstimos, facilidades de aprovação de crédito; sem qualquer formação sobre conceitos financeiros, levando a decisões de consumo irresponsável e inconsciente. Para amenizar essa triste realidade é que a Educação Financeira se torna tão relevante como facilitadora da compreensão da realidade e da inserção do adulto na sociedade como agente financeiro ativo de transformação do ambiente e consciente dos seus atos e escolhas (ENEF, 2017, p. 8).

O documento ENEF (2017, p. 10) ainda destaca:

Pessoas financeiramente educadas, no sentido que combina informação e formação para compor atitudes — estão mais bem preparadas para realizar sonhos individuais e coletivos e, assim, construir uma base mais sólida para o desenvolvimento do país, aqui concebido como a expansão das escolhas e das liberdades de todos. A combinação de crescimento econômico e desenvolvimento social pode aliar-se cada vez mais à expansão da democracia, à proteção dos direitos humanos e do meio ambiente, se a sociedade empreender esforços cooperativos contínuos para alcançar metas consensuais no longo prazo. A Educação Financeira tem muito a contribuir nesse sentido.

No artigo intitulado "Retrato atual da educação financeira no Brasil", Modernell (2016) faz um resumo dos principais resultados do relatório da Pesquisa Internacional de Competências de Alfabetização Financeira para Adultos comandado pela OCDE. A análise das atitudes em relação a finanças concluiu que há uma tendência mundial ao imediatismo, o que se reflete em pouca visão ou preocupação com o futuro. Modernell (2016) inclui, ainda, a visão precária dos aspectos previdenciários, cada vez mais preocupantes no Brasil e no mundo. Outra constatação da pesquisa – considerando a importância do conhecimento financeiro para a vida das pessoas, de todas as faixas de idade e renda – é que o baixo nível de letramento financeiro merece reflexão e intensificação das ações governamentais e da participação de outros stakeholders<sup>4</sup>, como associações, sindicatos, entidades de classe, escolas,

-

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Stakeholder é um termo da língua inglesa que tem como definição "grupo de interesse". Um dos criadores da expressão foi o filósofo Robert Edward Freeman, que definia a palavra *stakeholder* como os grupos que podiam afetar ou serem afetados pelos objetivos da organização. Esses interesses podem ser, além dos processos e resultados, no planejamento dos projetos ou negócios, de modo positivo ou negativo (MODERNELL, 2016, p. 21).

cooperativas, reguladores, agentes do sistema financeiro e demais instituições aglutinadoras e preocupadas com a educação e com o bem-estar financeiro das famílias.

Como o relatório reforça, a educação financeira não envolve apenas a aquisição de conhecimento, mas tem que ser capaz de promover a mudança de atitude, de valores e de comportamento para que seja efetiva. "Educar financeiramente é proporcionar uma mentalidade inteligente e saudável sobre dinheiro", conforme aponta Peretti (2008, p. 24). Portanto, não existe resposta simples para o problema e uma única solução não seria suficiente. É preciso um esforço conjunto, no sentido de integrar várias ações, por parte do governo e da sociedade civil, além da utilização de abordagens adequadas a cada público, dependendo da necessidade. A essa concepção, acrescenta-se o agravante de que toda ação no território brasileiro demanda diversidade e complementação de meios e canais de comunicação, tão amplos e abrangentes quanto a diversidade da população.

Álvaro (2016) destaca, ainda, que cada um pode buscar ampliar seu conhecimento e nível de educação financeira. Mas as soluções têm que ser institucionais, coletivas, ainda que independentes. É preciso que cada líder governamental, comunitário ou empresarial contribua. A educação financeira pode não resolver todos os problemas do país e do mundo, mas com certeza não cria nenhum e pode melhorar a vida de muita gente.

### 3.2 Contexto histórico

Passando pelos conceitos iniciais apresentados, pudemos observar que a educação financeira se faz necessária em todas as fases da nossa vida e, quanto antes compreendermos o valor do dinheiro, mais conscientes serão nossas escolhas, proporcionando um futuro financeiramente estável.

Antes de compreendermos os parâmetros atuais da educação financeira no Brasil, se faz necessário entender um pouco mais sobre nossa história e como o tema foi abordado em diferentes ciclos econômicos, bem como essas experiências podem ter influência direta na visão de muitos adultos sobre finanças.

A instabilidade econômica, por muitos anos, fez parte da vida dos brasileiros e muitos ainda continuam amedrontados por esse período. Nesse sentido, D'Aquino (2008) ressalta que "numa economia sufocada pela inflação, qualquer tentativa de planejamento financeiro tinha resultados frágeis e desanimadores".

Muitos adultos carregam consigo a memória inflacionária desta época e isso afeta diretamente suas decisões sobre consumo e planejamento financeiro. Outro ponto a ser destacado é o fato de que o Brasil passou por oito mudanças de moeda em 52 anos (1942 e 1994). Desse total, seis aconteceram num intervalo de vinte anos (D'AQUINO, 2008).

Voltando na história e investigando o período histórico do pós-guerra, Coutinho e Belluzo (1996) afirmam que o Brasil cresceu em torno de 7% ao ano, o que significa dizer que o Produto Interno Bruto (PIB) era capaz de dobrar a cada dez anos, aumentando em mais de dez vezes no período entre os anos de 1945 e 1980.

O período iniciado a partir de 1980 foi denominado pelos economistas como a 'década perdida' (COUTINHO; BELLUZO, 1996). Este conceito surge em razão da retração das economias internacionais que contribuíram para a desaceleração do crescimento econômico do Brasil. O estado inflacionário crônico constituiu uma das principais razões e efeitos sociais mais característicos para a qualificação da "década perdida". Segundo Sant Ana (2013), no decorrer do século XX, principalmente entre os anos de 1985 a 1994, foram registrados altos índices inflacionários de até 764% ao ano, e isso ocorreu sem que a população brasileira adquirisse o hábito de planejar suas despesas e investimentos.

No artigo intitulado "Paradigmas da educação financeira no Brasil", Savoia, Saito e Santana (2007) descrevem as transformações ocorridas no Estado, na economia, no crédito e nos hábitos de consumo dos brasileiros a partir da década de 90. Os autores destacam:

[...] a partir da década de 1990, o Estado brasileiro se transforma e efetua um conjunto de reformas de caráter neoliberal. Sob influência da globalização, ocorreram alterações nas bases tecnológica, produtiva, financeira e educacional, promovendo a reorientação do papel do governo como provedor de serviços, bens e na proteção aos indivíduos, aí incluídos os seus aspectos sociais e regulatórios (SAVOIA, SAITO, SANTANA, 2007, p. 2).

Outra força propulsora desse novo cenário foi a estabilização da moeda, acarretando a redução da inflação. Em um processo inflacionário, o curto-prazo é a característica dominante nas decisões financeiras, levando os consumidores a

buscarem mecanismos de defesa do seu poder aquisitivo e do seu patrimônio. A escolha de ativos reais e a procura por liquidez tendem a tornar essas decisões imediatistas e a encurtar o horizonte de planejamento. Desse modo, passa-se a priorizar o consumo, deixando de se criar uma cultura de poupança de longo prazo.

Em 1994, com o lançamento do Plano Real elaborado pela equipe econômica do então presidente Fernando Henrique Cardoso, o país se fortaleceu economicamente e passou a conviver com taxas de inflação controladas graças ao equilíbrio nas contas públicas e uma moeda forte (SAVOIA, SAITO e SANTANA, 2007).

Modernell (2009) destaca que, com a estabilidade, invertem-se as premissas, o consumo que passava a ter foco no curto prazo, devido às altas taxas de inflação, passa a ter os prazos ampliados progressivamente. Os ativos financeiros são valorizados em relação a imóveis, terras e outros bens reais. A transição para esse novo universo não acontece naturalmente, ou seja, é um longo aprendizado, por parte dos indivíduos e das famílias, sobre a nova ótica da gestão financeira de seu patrimônio pessoal. Segundo o autor, o principal marco que propiciou o advento da educação financeira foi o fim da inflação.

Até o fim dos anos 1990, o assunto educação financeira concentrava-se nas "dicas de investimento" dos especialistas em produtos do mercado financeiro, ensinando como preservar ou multiplicar recursos a partir da compra de títulos dos bancos, títulos públicos ou ações das empresas. Essas dicas eram, claramente, voltadas àquelas pessoas que de alguma forma já possuem recursos disponíveis que podem ser alocados por certo tempo em algum dos produtos existentes no mercado. O foco nesses casos nunca foi o de tentar mostrar o caminho para a organização de um plano que resultasse em poupança (ARAÚJO; CALIFE, 2014).

Altos índices de inflação, associados a baixa bancarização, crédito escasso e pouco acesso à informação desenhavam um cenário em que o brasileiro médio não conseguia planejar sua vida financeira, nem a curto ou a longo prazo. Na verdade, mal via "a cor de seu dinheiro", que circulava rapidamente na troca por produtos necessários para o dia a dia das famílias a fim de evitar a inevitável perda do seu poder de compra. Qualquer planejamento era praticamente impossível.

Fica claro que o atraso ou a demora no tratamento mais aprofundado e específico da educação financeira tem relação direta com a histórica instabilidade econômica do país, que como vimos foi resolvida somente com o Plano Real em 1994.

O crédito também foi um fator determinante da trajetória da educação financeira. Veio com força um pouco mais tarde, na esteira das melhores condições macroeconômicas, do ganho de renda - primeiramente por conta do fim do "imposto inflacionário", mais tarde pelo avanço da atividade econômica – e, recentemente, do emprego formal. Nesse período, fomos testemunhas de uma verdadeira revolução, com a grande disseminação do crédito por diversos setores da economia (ARAÚJO; CALIFE, 2014).

Portanto, a estabilização econômica ocasionou profundas mudanças no mercado brasileiro, resultando no desenvolvimento de novos instrumentos financeiros e de crédito. Com isso, agora os brasileiros e suas famílias precisam compreender, cada vez mais esses conceitos, com o objetivo de tomar suas decisões de investimento, financiamento e gastos, de forma a maximizar o seu bem-estar social e econômico, além de promover o desenvolvimento sustentável e o exercício da cidadania.

# 4 EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO POLÍTICA PÚBLICA NO BRASIL

Nesta seção se apresenta a OCDE, como influenciadora das políticas públicas voltadas para educação financeira em todo o mundo, e como o *Financial Education Project*, criado por ela em 2003, deixa suas marcas nas políticas públicas e educacionais adotadas pelo Brasil nos anos posteriores. Além disso, justifica-se, no contexto brasileiro, a criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e apresentam-se suas diretrizes, objetivos, transformações e conquistas até os dias de hoje.

## 4.1 A OCDE e a Estratégia Nacional de Educação Financeira

Para compreender a influência da OCDE na criação e direcionamento da política pública de educação financeira no Brasil, é necessário apresentar a interlocução desse organismo institucional e o Estado.

Como mencionado anteriormente, o processo de globalização e transformação tecnológica implica uma revisão do papel do Estado nessa abordagem neoliberal. No centro das discussões, está a tese do Estado mínimo, entendido como aquele que não intervém no livre jogo dos agentes econômicos: "O mercado constituindo o melhor e mais eficiente mecanismo de alocação de recursos, a redução do Estado (do seu tamanho, do seu papel e de suas funções) é o mote e o móvel desta ideologia" (DRAIBE, 1993, p. 37).

Ao passo que o Estado perde sua autonomia no processo resultante de uma nova fase de reestruturação capitalista, marcado por políticas de centralização, de diferenciação e de diversificação institucional e, especialmente, de privatização da esfera pública, os organismos internacionais como a OCDE ganham força como influenciadores na elaboração de políticas de interesse mundial (DOURADO, 2002, p. 235).

Nesse contexto, Dourado (2002) destaca que as políticas educacionais no Brasil vão sendo balizadas por mudanças, destacando-se, sobremaneira, as de ordem jurídico-institucional. Nos anos 90, especialmente na gestão de Fernando Henrique Cardoso, as políticas públicas são reorientadas por meio, dentre outros processos, da reforma de Estado que, como explicitamos anteriormente, traz alterações significativas nos padrões de intervenção estatal, redirecionando mecanismos e

formas de gestão e, consequentemente, as políticas públicas e, particularmente, as políticas educacionais em sintonia com os organismos multilaterais, tal como estudaremos mais a fundo a OCDE.

Segundo Cardoso (1998, p. 15 apud DOURADO, 2002, p. 237):

Vivemos hoje num cenário global que traz novos desafios às sociedades e aos Estados nacionais (...). É imperativo fazer uma reflexão a um tempo realista e criativa sobre os riscos e as oportunidades do processo de globalização, pois somente assim será possível transformar o Estado de tal maneira que ele se adapte às novas demandas do mundo contemporâneo.

A partir deste contexto em que a interlocução do Estado com os organismos internacionais se faz necessário e presente, nos voltemos agora para a OCDE, sua criação, objetivos e conceitos envolvendo o tema Educação Financeira, além de sua contribuição, por meio do *Financial Education Project*, como influenciadora na elaboração de políticas públicas voltadas ao tema ao redor do globo.

A OCDE é um organismo criado em 1961, sucedendo a *Organization for European Economic Co-operation* (OEEC), instituição fundada em 1948, para gerir a implementação do Plano Marshall de reconstrução da Europa, após a Segunda Guerra Mundial (OCDE, 2017). É, atualmente, formada por 35 países, como os Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, Nova Zelândia e Austrália, preocupando-se com o aperfeiçoamento das práticas do setor público e privado, ao buscar o fortalecimento das instituições democráticas, da economia de mercado, e da economia globalizada, produzindo estudos, publicações e recomendações para os países membros (OCDE, 2017).

Os países membros se comprometem a aceitar os princípios da democracia representativa e da economia de livre mercado, procurando fornecer uma plataforma comparativa para políticas públicas com viés econômico, ou solucionar problemas comuns e coordenar políticas domésticas e internacionais (OCDE, 2017).

Dentre os principais objetivos da OCDE, se destacam o de apoiar um crescimento econômico e duradouro, desenvolver o emprego, aumentar o nível de vida, manter a estabilidade financeira, ajudar os outros países a desenvolverem suas economias e contribuir para o crescimento do comércio mundial (SAVOIA; SAITO e SANTANA, 2007, p. 24).

Os governos membros usam as experiências em políticas econômicas, sociais e ambientais apresentadas pela OCDE, procurando respostas para problemas

comuns, como identificar os bons resultados e trabalhar para coordenar políticas domésticas e internacionais. Embora o Brasil não seja membro da OCDE, participa de comitês e grupos de trabalho, sob a coordenação do Itamaraty e do Ministério das relações exteriores desde 1999 (COAF, 2021). A educação financeira tornou-se uma preocupação crescente em diversos países, gerando um aprofundamento nos estudos sobre o tema. Embora haja críticas quanto à abrangência dos programas e seus resultados, principalmente entre a população adulta, é inegável a importância do desenvolvimento de ações planejadas de habilitação da população para tomar decisões financeiras conscientes (SAVOIA; SAITO e SANTANA, 2007, p. 15).

Percebendo a necessidade de haver o desenvolvimento da poupança previdenciária e do melhor entendimento dos indivíduos sobre os produtos financeiros, pelo menos dos princípios básicos, a OCDE criou o *Financial Education Project*, para estudar a Educação Financeira e propor programas de Educação Financeira nos países membros e em alguns não membros (SMITH, 2005, p. 18).

Smith (2005) descreve o *Financial Education Project*, que foi estabelecido em 2003, com o objetivo de estudar programas existentes nos membros da OCDE, e em alguns países não pertencentes a esta organização, cuja finalidade era analisar a sua efetividade nos países estudados, desenvolver técnicas que permitissem a comparação dos programas existentes entre os países, de modo a prover um conjunto de recomendações sobre as melhores práticas para a sua implantação e um relatório, que foi publicado em novembro de 2005, sob o título Improving Financial Literacy: Analysis of Issues and Policies. Para exemplificá-lo, pode ser destacado o fato de os países pesquisados estarem adotando políticas para instruir melhor a população quanto aos conceitos de crédito, de investimentos e de instrumentos de seguro, além de demonstrarem preocupação com a população jovem. No entanto, observou-se que há obstáculos para o êxito dos programas de Educação Financeira, em geral, em consequência do orçamento demandado para a sua implantação, e da reduzida compreensão da população sobre os benefícios oriundos da Educação Financeira. Na segunda fase do Financial Education Project, estava previsto um estudo em profundidade do assunto, objetivando-se obter insights importantes para os responsáveis pelas políticas públicas e, segundo Smith (2005), os próximos passos da OCDE envolvem, inclusive, a elaboração de uma publicação para a inserção da Educação Financeira nas escolas.

De acordo com a OCDE (2004, p. 223), o seguinte cenário explica a crescente relevância da Educação Financeira:

Educação Financeira sempre foi importante aos consumidores, para auxiliálos a orçar e gerir a sua renda, a poupar e investir, e a evitar que se tornem vítimas de fraudes. No entanto, sua crescente relevância nos últimos anos vem ocorrendo em decorrência do desenvolvimento dos mercados financeiros, e das mudanças demográficas, econômicas e políticas. Os mercados de capitais estão se tornando mais sofisticados, e novos produtos, cujos riscos e retornos não são de imediato discernimento, são oferecidos. Os consumidores possuem, atualmente, acesso a uma maior diversidade de instrumentos de crédito e de poupança, disponibilizados por uma grande variedade de canais.

A influência da OCDE na elaboração das políticas públicas sobre o tema é detalhada no artigo de Holzmann e Miralles (2005), no qual mencionam que os participantes no processo de Educação Financeira são as escolas, as empresas, o Governo, as instituições financeiras, e outros, como as organizações não-governamentais.

Ainda de acordo com Holzmann e Miralles (2005), o processo de Educação Financeira, aparentemente, está mais desenvolvido nos Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, Austrália e Nova Zelândia, e em alguns países da América Latina, e da Europa Central e Oriental, que reformularam o seu sistema previdenciário.

A OCDE (2005) recomenda a implementação dos programas voltados para este tema, seguindo os princípios e recomendações para a boa prática da Educação Financeira, que estão dispostos em 26 itens, condensados e reagrupados em 10 tópicos, como demonstrado de forma resumida pelos autores Saito, Savoia e Petroni (2006):

### Quadro 2. A educação financeira sob a ótica da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE

#### Descrição

- A Educação Financeira deve ser promovida de uma forma justa e sem vieses, ou seja, o desenvolvimento das competências financeiras dos indivíduos precisa ser embasado em informações e instruções apropriadas, livres de interesses particulares.
- 2. Os programas de Educação Financeira devem focar as prioridades de cada país, isto é, estar adequados à realidade nacional, podendo incluir, em seu conteúdo, aspectos básicos de um planejamento financeiro, como as decisões de poupança, de endividamento, de contratação de seguros, bem como conceitos elementares de matemática e de economia. Os indivíduos que estão para se aposentar devem estar cientes da necessidade de avaliar a situação de seus planos de pensão, necessitando agir apropriadamente para defender seus interesses.
- 3. O processo de Educação Financeira deve ser considerado pelos órgãos administrativos e legais de um país, como um instrumento para o crescimento e estabilidade econômica, sendo necessário que se busque complementar o papel que é exercido pela regulamentação do sistema financeiro e pelas leis de proteção ao consumidor.
- 4. O envolvimento das instituições financeiras no processo de Educação Financeira deve ser estimulado, de tal forma que a adotem como parte integrante de suas práticas de relacionamento com seus clientes, provendo informações financeiras que estimulem a compreensão de suas decisões, principalmente, nos compromissos de longo prazo e naqueles que comprometem expressivamente a renda atual e futura de seus consumidores.
- 5. A Educação Financeira deve ser um processo contínuo, acompanhando a evolução dos mercados, e a complexidade crescente das informações que os caracterizam.
- 6. Por meio da mídia, devem ser veiculadas campanhas nacionais que estimulem a compreensão dos indivíduos quanto à necessidade de buscarem o autodesenvolvimento financeiro, bem como o conhecimento dos riscos envolvidos nas suas decisões financeiras. Além disso, precisam ser criados sites específicos, oferecendo informações gratuitas e de utilidade pública.
- 7. A Educação Financeira deve começar na escola. É recomendável que as pessoas se insiram no processo, o quanto antes.
- 8. As instituições financeiras devem ser incentivadas a certificar que os clientes leiam e compreendam todas informações disponibilizadas, em específico, quando for relacionado aos compromissos de longo prazo, ou aos serviços financeiros cujas conseqüências financeiras são de grande magnitude.
- 9. Os programas de Educação Financeira devem focar particularmente aspectos importantes do planejamento financeiro pessoal, como a poupança e aposentadoria, o endividamento, e a contratação de seguros.
- 10. Os programas devem ser orientados para a construção da competência financeira, devendo ser adequados a grupos específicos, e elaborados da forma mais personalizada possível.

Fonte: SAITO, André Taue; SAVÓIA, José Roberto Ferreira; PETRONI, Liége Mariel. A educação financeira no Brasil sob a ótica da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE). In: IX SEMEAD, 2006. **Anais...** São Paulo: EAD/FEA/USP, 2006, p. 5.

Podemos observar que o princípio dois enfatiza que o programa de educação financeira deve focar as prioridades de cada país. O ensino deve procurar relacionar os conteúdos curriculares com o contexto em que está inserido o estudante, e pensando o Brasil com suas diferentes culturas e contextos sociais, deve-se trabalhar prioridades que dizem respeito à realidade de cada comunidade e estado. As particularidades regionais do Brasil adicionam ainda mais dificuldade à implementação de políticas públicas relacionadas ao tema.

Outro princípio a ser destacado é o de número sete, que recomenda que a educação financeira deve começar na escola, uma vez que, mesmo antes de entrar para a educação básica, qualquer criança já teve contato com as situações que envolvem o mundo financeiro. Sendo assim, é importante que, ao ingressar na escola, ela possa ser orientada para o consumo responsável, evitando desperdícios e procurando participar do mundo financeiro de forma adequada e saudável, para que tenha condições de pensar e planejar um futuro com qualidade de vida.

Deste modo, observa-se que os princípios e recomendações feitas pela OCDE (2005), nas quais há a preocupação para que os programas de Educação Financeira

sejam transparentes e isentos de influências comerciais, formem indivíduos competentes na análise e interpretação dos dados financeiros, e permitam o incremento de bem-estar social e econômico, merecem maior atenção por parte das autoridades governamentais, das instituições financeiras, das associações de classe, entre outros, ou seja, do setor governamental, privado e do terceiro setor, no sentido de promoverem o fortalecimento da Educação Financeira, tanto no aspecto formal quanto no informal (SAITO; SAVOIA; PETRONI, 2006).

O Projeto de Educação Financeira da OCDE deixa claro o interesse na disseminação da educação financeira para o maior número de países possíveis, não apenas para os membros da Organização. Por isso, arregimenta especialistas em várias partes do mundo para afinar o discurso em defesa do Projeto. Em seguida, dirige a atenção aos formuladores de políticas públicas e aos órgãos reguladores por meio do manual de orientação para a implementação de estratégias de educação financeira pelos países.

Como parte da estratégia de divulgação da importância da Educação Financeira, a OCDE inicia, em 2006, uma ampla agenda de eventos internacionais, incluindo o Brasil, nos quais a Organização conta com a parceria do Banco Mundial e com autoridades de órgãos reguladores locais, entre eles bancos centrais, fundos de pensão e comissões de valores mobiliários.

A agenda orientou-se pelo cronograma a seguir:

Quadro 3. Cronograma de Eventos Internacionais de EF da OCDE - (2006 a 2013)

| 21 e 22 de<br>setembro/2006                   | Conferência da OCDE sobre Educação Financeira (EF), em<br>Nova Deli, Índia  |
|---|---|
| 7 e 8 de maio/2008                            | OCDE – Tesouro dos EUA – Conferência Internacional sobre EF,<br>em Washington, EUA  |
| 21 e 22 de<br>outubro/2008                    | OCDE – Banco da Indonésia – Conferência Internacional sobre EF,<br>em Bali, Indonésia   |
| 20 de maio/2009                               | OCDE – IEFP – Simpósio sobre EF, em Paris, França.  |
| 15 e 16 de<br>dezembro/2009                   | OCDE – Brasil – Conferência Internac. sobre EF, no Rio de Janeiro,<br>Brasil  |
| 22 e 23 de março/2010                         | RBI – OCDE – Workshop sobre Cumprindo Literacia Financeira: desafios, abordagens e instrumentos, em Bangalore, Índia.   |
| 9 de junho/2010                               | OCDE – Banco da Itália – Simpósio sobre Literacia Financeira: melhoria da eficiência em EF, em Roma, Itália.  |
| 20 e 21 de<br>outubro/2010                    | OCDE – Libanês – Conferência Internacional sobre EF, em Beirute,<br>Líbano.   |
| 26 e 27 de maio/2011<br>27 e 28 de junho/2011 | OCDE – Conferência Internacional sobre EF, em Toronto, Canadá. BI – OCDE – Seminário Regional da Ásia sobre Literacia Financeira: Rumo a uma Estratégia Nacional de Educação Financeira, em Jacarta, Indonésia.                       |
| 27 e 28 de<br>outubro/2011                    | OCDE – FSB – Conferência sobre Literacia Financeira: Educação Financeira para Todos, na Cidade do Cabo, África do Sul.  |
| 3 e 4 de fevereiro/2012                       | SEBI – OCDE – Conferência Internac. de Educação do Investidor,<br>em Goa, Índia   |
| 10 e 11 de maio/2012                          | OCDE – Espanha – Conferência Internacional sobre EF: Orientação<br>Política Transformando-se em práticas eficientes, em Madrid,<br>Espanha.   |
| 11 e 12 de<br>setembro/2012                   | Seminário de alto nível sobre literacia financeira asiática e terceira<br>Mesa Redonda de bancos centrais asiáticos sobre literacia<br>financeira e inclusão, em cooperação com o Banco Central das<br>Filipinas, em Cebu, Filipinas. |
| 31 de outubro a 01 de<br>novembro/2012        | Colômbia – OCDE – Conferência Mundial de Banco de Educação Financeira: Evolução das políticas e práticas globais e experiências latino-americanas, em Cartagena, Colômbia.  |
| 6 e 7 de<br>dezembro/2012                     | Conferência Internacional sobre EF na América Latina, co-<br>organizado com Centrale Bank van Suriname e CEMLA, em<br>Paramaribo, Suriname.   |
| 13 e 14 de<br>dezembro/2012                   | HKMA-SFC-OCDE Seminário Asiático de Defesa do Consumidor Financeiro e de Educação, em cooperação com a autoridade monetária e da Comissão de Valores Mobiliários de Hong Kong, em Hong Kong.  |
| 30 e 31 de janeiro/2013                       | Seminário Regional para disseminação Rússia/OCDE/Fundo<br>Mundial Truste Bank, em cooperação com o Banco Mundial, no<br>Quênia.   |
| 16 e 17 de maio/2013                          | OCDE – República Checa Conferência Internacional sobre EF, em<br>Praga, República Checa.  |

Fonte: OCDE. Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness/ Scheduleofmeetings. Disponível em:

https://www.oecd.org/financial/education/scheduleofmeetings.htm. Acesso em: 15 dez.2021.

Cada país deve identificar áreas em que a falta de alfabetização financeira gera problemas e definir quais objetivos devem ser atingidos e quais políticas serão usadas para alcançá-los. Em alguns casos, há a preocupação com o sistema previdenciário e esta política é usada para dar suporte a uma reforma neste sistema; em outros, o objetivo é fortalecer poupanças e investimentos de longo prazo e ajudar indivíduos endividados. Independente dos objetivos específicos, as estratégias nacionais promovem a melhoria da educação financeira visando promover melhores tomadas de decisão e, assim, melhorar o bem-estar das pessoas (OCDE, 2015, apud ROMERO, 2019, p. 17).

Assim, ações coesas e marcantes deveriam ser realizadas para estimular a inteligência financeira da população, mas norteadas por uma postura caracterizada pela concordância com os valores morais, pela responsabilidade social, pela transparência das informações nas relações existentes entre os elementos do processo, e pelo respeito à cidadania dos indivíduos.

## 4.2 A criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF

Após recomendações da OCDE e divulgação do *Education Financial Project,* em 2003, um embrião formal da educação financeira no Brasil foi a criação do Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização – COREMEC, pelo Decreto Nº 5.685, de 25 de janeiro de 2007, sendo composto pelo: Banco Central do Brasil (BACEN); Comissão de Valores Mobiliários (CVM); Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC); Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) (BACEN, 2012).

Este primeiro movimento rumo à educação financeira ganha relevância após a Deliberação COREMEC Nº 3, de 31 de maio de 2007, a qual dispõe sobre a constituição de um Grupo de Trabalho com o propósito de propor a Estratégia Nacional de Educação Financeira.

Art. 1º Fica aprovada a criação de um Grupo de Trabalho - GT a fim de desenvolver e propor, no prazo de 6 (seis) meses a contar de sua instalação e sob a coordenação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, uma 'Estratégia Brasileira de Educação Financeira' (BRASIL, 2007, p. 4).

A importância dessa Deliberação COREMEC Nº 3/2007 se revela quando se analisa outras partes do documento, a saber:

Art. 5º Caberá ao Grupo de Trabalho deliberar sobre a estrutura da estratégia e sugerir as áreas, públicos e temas a serem priorizados, [...]

- §1º A proposta deverá ser elaborada em forma de minuta do documento final a ser aprovado pelo Coremec, denominado Estratégia Nacional de Educação de Financeira, [...] tratando ao menos dos seguintes aspectos:
- a) público-alvo a ser atingido, estabelecendo a devida segmentação, conforme a prioridade sugerida: por faixa etária (crianças, jovens, adultos e terceira idade), escolaridade (fundamental, médio, superior e pósgraduação), de renda (classe econômica), por atividade ou por região;
- b) objetivos a serem priorizados: crescimento do mercado, inclusão financeira, proteção do investidor, desenvolvimento social, etc.;
- c) áreas a serem priorizadas: desenvolvimento de habilidades em finanças pessoais, estímulo à poupança, relacionamento com crédito, micro-crédito,

financiamento à habitação, [...] e preparação para a aposentadoria, seguros etc.; [...] (BRASIL, 2007, p. 6).

A preocupação do governo com a educação financeira da população era aderente ao cenário econômico brasileiro naquele momento: entre 2002 e 2007, a classe média aumentara de 32% para 47% da população total, incorporando mais 23,5 milhões de pessoas. Além disso, a pobreza extrema passou de 12% para 5% da população entre 1992 e 2007, um decréscimo de quase 60%. Ao mesmo tempo, a disparidade na distribuição de renda no Brasil, tradicionalmente alta, passou por modificações significativas. Entre 1993 e 2007, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a desigualdade de renda foi reduzida de 0,604 para 0,556, indicando migração de riqueza entre brasileiros (ENEF, 2008, p. 157).

Essas alterações nas dimensões demográfica, social e econômica observadas no período anterior à criação da ENEF a justificam, pois tiveram impactos nos padrões de consumo, poupança e investimento. A demanda de consumidores e investidores para produtos e serviços financeiros se torna ascendente e uma gama crescente de produtos financeiros (empréstimos, poupanças, investimentos, seguros e planos de pensão) oferecidos passa a exigir mais responsabilidade sobre as escolhas individuais. Essa complexidade torna as decisões mais difíceis, pois mesmo entre produtos bastante similares, pode haver diferenças importantes entre os riscos, lucros, custos, prazos de maturação, direitos de monitoramento, participação e informação (ENEF, 2008).

Em estudo realizado em 2008 com o objetivo de subsidiar a elaboração da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), os resultados mostraram claramente a necessidade da educação financeira. Ao analisar os resultados da pesquisa realizada pelo Instituto Data Folha, em seis capitais brasileiras (Rio de Janeiro, São Paulo, Distrito Federal, Porto Alegre, Recife e Salvador), após ouvir 1.809 pessoas, revelou-se que o nível de educação financeira da população brasileira ainda era baixo. Somente 31% dos brasileiros guardavam dinheiro pensando na aposentadoria, e, no tema endividamento, também havia estratégias incorretas, já que 30% dos brasileiros pagavam apenas a parcela mínima do cartão de crédito quando sua situação financeira apertava, enquanto 47% deles preferiam pagar um número maior de parcelas, mesmo não tendo clara noção dos juros maiores embutidos (ENEF, 2008, p. 4).

Finalmente, o levantamento que serviu como base para a criação da ENEF concluiu que a educação financeira dos brasileiros é baixa: as pessoas não planejam seus gastos no longo prazo, demoram para se preparar financeiramente para a aposentadoria, não estão completamente cientes dos riscos e dos instrumentos para a sua proteção, têm dificuldades em tomar decisões a respeito de empréstimos e investimentos, e são vulneráveis a fraudes (ENEF, 2008, p. 12). Sendo assim, uma estratégia nacional de educação financeira era extremamente necessária e bem-vinda para confrontar essa realidade.

Uma estratégia nacional de educação financeira é definida como "uma abordagem coordenada nacionalmente para educação financeira que consiste em um programa ou estrutura adaptada". Não se trata apenas do ensino de educação financeira em escolas, mas sim diferentes abordagens e incentivos criados pelo governo com o intuito de difundir o tema (OCED/INFE, 2015, p.36).

Como observamos, até o ano de 2010 eram pouquíssimas as ações voltadas para educação financeira, podendo considerar que o seu nascimento formal no Brasil se deu a partir da criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), com o Decreto Nº 7.397/2010, publicado no Diário Oficial da União de 22 de dezembro de 2010. A iniciativa nasce com a finalidade de promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores (BRASIL, 2010). Foram criados também o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) e o Grupo de Apoio Pedagógico (GAP). Todos criados em 2010 e ligados à permanência e ao fortalecimento da Educação Financeira.

O Decreto Federal Nº 7.397/2010, que cria A ENEF, o CONEF, e o GAP, em seu artigo segundo, apresenta preocupação em estabelecer diretrizes que possam reger a educação financeira em âmbito nacional, a saber:

Art.  $2^{\rm o}$  - A ENEF será implementada em conformidade com as seguintes diretrizes:

I - atuação permanente e em âmbito nacional;

II - gratuidade das ações de educação financeira;

III - prevalência do interesse público;

IV - atuação por meio de informação, formação e orientação;

V - formação de parcerias com órgãos e entidades públicas e instituições privadas; [...] (BRASIL, 2010).

Está explícito neste artigo que a ENEF será estabelecida em todo o território nacional de forma gratuita, procurando formar parcerias tanto com órgão e entidades públicas quanto com instituições privadas, tendo como finalidade o fortalecimento de suas ações. Com tais parcerias, fica mais fácil abranger grande parte da população, independente da classe social, raça ou crença, proporcionando uma melhor orientação financeira para as famílias brasileiras.

O CONEF é responsável pela governança estratégica da ENEF e define planos, programas, ações e coordena sua implementação. O Decreto Nº 7.397/2010 também especifica as competências do CONEF: definir os planos, programas e ações da ENEF; coordenar a implementação da ENEF; estabelecer diretrizes e objetivos para o planejamento, financiamento, implementação, avaliação e revisão da ENEF; criar grupos de trabalho com *expertise* para fornecer suporte técnico e aprovar seu próprio regimento interno (BACEN, 2010).

A ENEF foi publicamente lançada em agosto de 2011 em uma entrevista coletiva do presidente da Comitê Nacional de Educação Financeira - CONEF e dos seus membros. No mesmo ano, um projeto piloto de educação financeira nas escolas de ensino médio foi implementado, e uma avaliação de impacto foi conduzida em parceria com o Banco Mundial. Somente em 2013, por meio de Decreto presidencial, a educação financeira passa a ser uma política pública de caráter permanente, envolvendo instituições, públicas e privadas, de âmbito federal, estadual e municipal (BACEN, 2013).

Segundo lista divulgada pela OCDE em 2013, 45 países haviam criado sua própria estratégia nacional ou tinham iniciado discussão sobre a criação da mesma e o Brasil entrou nesta lista. A OCDE ressalta o bem-estar financeiro como resultado da educação financeira. Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), de 1948, todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar. A partir destas afirmações podemos argumentar que a educação financeira é uma forma de contribuir para esse direito essencial (ROMERO, 2019, p. 17).

No Brasil, a inclusão financeira foi tratada na Parceria Nacional para Inclusão Financeira (PNIF), que representa um compromisso de alto nível com a promoção de inclusão financeira adequada a diversos públicos. O plano de ação para fortalecimento do ambiente institucional dessa parceria tem como foco avaliação, regulamentação,

educação financeira e transparência, e são consistentes com os princípios para inclusão financeira inovadora do G20 e da OCDE (BACEN, 2013).

A ENEF foi concebida como política pública de governo, advinda de uma demanda nova, com caráter constitutivo, através de uma coordenação centralizada e execução descentralizada. A imensa extensão territorial e diversidade cultural do Brasil, com diferenças linguísticas e de hábitos pelo país, requerem o estabelecimento de parcerias nacionais e com colaboradores locais, familiarizados com as peculiaridades de cada comunidade. Essa estrutura também concilia a necessidade de integração de entidades do governo e de fora dele, preservando a autonomia dos reguladores do sistema financeiro, assim como dos outros participantes, para desenvolver seus próprios programas educacionais. Ao invés de uma política pública de cima para baixo, a ENEF se assemelha mais a uma configuração de rede (ENEF, 2013).

As ações da ENEF podem ser oferecidas por instituições públicas ou privadas, conforme já mencionado. As ações são obrigatoriamente gratuitas, devem ser de interesse público, não podem ter caráter comercial e não podem recomendar produtos ou serviços financeiros. O conteúdo deve ser imparcial e técnico, sem nenhum tipo de viés (ENEF, 2013, p.12).

As diretrizes da ENEF foram definidas em um processo de consulta a múltiplos participantes. Sendo elas:

- A ENEF é uma política permanente e nacional;
- A participação em ações da ENEF deve ser gratuita para os públicos-alvo;
- O interesse público deve prevalecer em todas as ações;
- Os programas, projetos e ações utilizam a abordagem informação-formação-orientação;
- A gestão da ENEF é centralizada e suas ações são descentralizadas;
- Os planos e ações da ENEF devem ser avaliados e revisados periódica e permanentemente;
- Parcerias com instituições públicas e privadas são incentivadas (ENEF, 2013).

Inicialmente, o público-alvo do programa são jovens e crianças em primeiro lugar. Depois, considerando um critério de vulnerabilidade e urgência, foram inseridos os adultos, divididos em mulheres assistidas pela Bolsa Família e aposentados, esses últimos extremamente suscetíveis a superendividamento (ENEF, 2013, p. 15).

O quadro a seguir resume a missão, objetivos e direcionamentos da ENEF, publicados em documento oficial divulgado em 2010 pelo Banco Central do Brasil:

Quadro 4. ENEF – Missão, objetivos e direcionamentos

#### **ENEF** MISSÃO Promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores. **OBJETIVOS** Ampliar o nível de compreensão do Contribuir para a eficiência e a solidez Promover e fomentar a cultura cidadão para efetuar escolhas dos mercados financeiro, de capitais, de educação financeira no país de seguros, de previdência e conscientes relativas à administração de seus recursos capitalização DIRECIONAMENTOS Atuar com informação, Gratuidade das ações e prevalência Gestão centralizada, atividades orientação e formação do interesse público descentralizadas

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de BACEN. **Brasil**: Implementando a estratégia nacional de educação financeira. Brasília: BACEN, 2010.

A educação financeira é uma causa que contribui efetivamente para o desenvolvimento social e econômico do país, pois proporciona à população as competências necessárias para inserir em sua vida o planejamento, a gestão de sua renda, a poupança, o investimento e a compreensão de seus direitos (ROMERO, 2019, p. 12).

Como toda política pública de caráter permanente, que deve atualizar-se, buscando aderência às necessidades e à realidade da população, a ENEF passa por um redirecionamento estratégico nos anos de 2017 e 2018, período que coincide com a sua entrada como tema transversal na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da educação básica brasileira.

A BNCC, que foi incluída na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 2017, pela Lei Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, ressalta que:

Há hoje mais espaço para o empreendedorismo individual, em todas as classes sociais, e cresce a **importância da educação financeira** e da compreensão do sistema monetário contemporâneo nacional e mundial, imprescindíveis para uma inserção crítica e consciente no mundo atual. Diante desse cenário, impõem-se novos desafios às Ciências Humanas, incluindo a compreensão dos impactos das inovações tecnológicas nas relações de produção, trabalho e consumo (MEC, 2017, p.568).

A BNCC estipula as áreas de conhecimento obrigatórias, porém são os estados e os municípios que definem como o assunto será atribuído à matriz curricular do sistema de ensino, tendo em vista que o tema educação financeira deverá ser abordado de maneira transversal entre as demais disciplinas (ROMERO, 2019, p. 54).

Para embasar essa conquista e fornecer material aos professores e multiplicadores, em 2019 o governo federal edita a proposta pedagógica da ENEF, abordando o tema nas dimensões espacial<sup>5</sup> (DE) e temporal<sup>6</sup> (DT). O quadro a seguir, extraído do site oficial da Estratégia, resume a abordagem proposta:

Quadro 5. Proposta Pedagógica ENEF

|    | Objetivo  |                | Competência  | Conceitos   |
|----|---|----------------|--|---|
| 1. | Formar para cidadania (DE)  | 198000         | exercer direitos e deveres de<br>forma ética e responsável   | Consumo responsável<br>(consciente e sustentável)                         |
| 2. | Educar para o consumo e a<br>poupança (DE)  | 3. A r r n f f | romar decisões financeiras social e ambientalmente esponsáveis Aplicar compreensão de receitas e despesas na manutenção do balanço rinanceiro Harmonizar desejos e necessidades, refletindo sobre pos próprios hábitos de consumo e poupança | Receitas e<br>despesas/orçamento<br>Reservas (poupança) e<br>investimento |
|    |   | f              | Valer-se do sistema financeiro<br>formal para a utilização de<br>serviços e produtos financeiros   |   |
| 3. | Oferecer conceitos e<br>ferramentas para a tomada<br>de decisão autônoma<br>baseada em mudança de<br>atitude (DE) | a              | Avaliar ofertas e tomar<br>decisões financeiras<br>autônomas de acordo com as<br>reais necessidades  | Autonomia   |
| 4. | Formar disseminadores e/ou multiplicadores em EF (DE)   | 2 50 50 Do     | Atuar como disseminador dos conhecimento e práticas de EF  | Disseminação e/ou<br>multiplicação  |
| 5. | Desenvolver a cultura da<br>prevenção e proteção (DT)   | p              | /aler-se de mecanismos de<br>prevenção e proteção de curto,<br>médio e longo prazos  | Prevenção Proteção  |
| 6. | Instrumentalizar para<br>planejar em curto, médio e<br>longo prazos (DT)  | 9. E           | laborar planejamento<br>inanceiro no curto, médio e<br>ongo prazos   | Planejamento  |
| 7. | Proporcionar a possibilidade<br>de melhoraria da própria<br>situação (DT)   | 10. A          | Analisar alternativas para<br>superar dificuldades<br>econômicas   | Mudança de condições de vida  |

Fonte: AEF-BRASIL. **ENEF**. 2017. Disponível em: <a href="https://www.vidaedinheiro.gov.br/proposta-pedagogica/">https://www.vidaedinheiro.gov.br/proposta-pedagogica/</a>. Acesso em: 10 out. 2021.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Dimensão espacial: os conceitos da educação financeira se pautam no impacto das ações individuais sobre o contexto social, ou seja, das partes com o todo e vice-versa. Essa dimensão compreende ainda os níveis individual, local, regional, nacional e global, que se encontram organizados de modo inclusivo (AEF–BRASIL, 2018).

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Dimensão temporal: os conceitos são abordados com base na noção de que as decisões tomadas no presente podem afetar o futuro. Os espaços são atravessados por essa dimensão que conecta passado, presente e futuro numa cadeia de inter-relacionamentos como mostra a ilustração (AEF–BRASIL, 2018).

Após dez anos de implementação, em 2020, a ENEF passa por nova intervenção, sendo regida agora pelo Decreto Presidencial Nº 10.393, de 09 junho de 2020. A partir da publicação do Decreto, criou-se a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira e foi instituído o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF), unindo Banco Central do Brasil (BCB), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Secretaria de Previdência (SPREV) e Ministério da Educação (MEC) para compor a governança da nova ENEF.

Segundo previsto no Decreto Nº 10.393/2020 (2020, p.3), o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF) tem como atribuições:

- a) Implementar e estabelecer os princípios da ENEF.
- b) Divulgar as ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal propostas por seus membros, por outros órgãos e entidades públicas ou por instituições privadas.
- c) Compartilhar as informações sobre as ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal produzidas pelos órgãos e entidades representados, para identificar as oportunidades de articulação.
- d) Promover a interlocução entre os órgãos ou as entidades públicas e as instituições privadas para estimular e, sempre que possível, integrar as ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal.

Na nova concepção da ENEF, a principal mudança vem com a menção expressa dos ramos setoriais que compõem a estratégia nacional, ganhando força as temáticas especializadas, como seguro e previdência, que contextualizam a Educação Financeira de um modo geral.

## 4.3 A Associação de Educação Financeira no Brasil (AEF-Brasil)

Como política pública de Estado de caráter permanente, se faz necessário avaliar se os objetivos da ENEF estão sendo alcançados, propor melhorias e ações que busquem resultados efetivos. Com este intuito, em 2011 se dá origem a Associação de Educação Financeira no Brasil (AEF-Brasil).

A AEF-Brasil possui o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da cultura de planejamento, prevenção, poupança, investimento e consumo consciente. Tratase de uma instituição sem fins lucrativos, com a missão de promover o desenvolvimento social e econômico, por meio do fomento da Educação Financeira

no Brasil, passando a coordenar o Programa Educação Financeira nas Escolas, desenvolvido como uma ação parte da ENEF (AEF-BRASIL, 2013).

A AEF-Brasil é uma instância executiva da ENEF. Por meio de um Acordo de Parceria com o CONEF, ela é responsável por conceber, planejar, estruturar, desenvolver, implementar e administrar iniciativas transversais da ENEF (AEF-BRASIL, 2013).

A AEF-Brasil foi fundada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados e de Capitais (ANBIMA), Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSEG) e Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA-B3) e é uma entidade de propósito específico, não subordinada à estrutura de qualquer Ministério, para garantir a gestão equilibrada entre os mercados e os setores interessados.

A utilização de uma entidade privada vai ao encontro dos objetivos da ENEF, já que permite o levantamento de fundos de entidades privadas interessadas na promoção da educação financeira da população, permitindo também a transferência de recursos públicos para o custeio dos projetos (AEF-BRASIL, 2013).

Além disso, a AEF-Brasil obteve o *status* de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), de acordo com a Lei Nº 9.790/99. Entidades com esse *status* têm sua colaboração com o setor público favorecida para a consecução de objetivos de natureza social, como educação, enquanto possibilita o controle efetivo dos resultados. Conforme a parceria com o CONEF, este apresentará suas diretrizes anualmente à AEF-Brasil. Em resposta, a AEF-Brasil enviará, até setembro, seu Plano de Trabalho anual para a aprovação do CONEF (AEF-BRASIL, 2013).

Dentre as responsabilidades da AEF-Brasil estão a captação de fundos para os projetos da ENEF e o desenvolvimento de conteúdos e tecnologias sociais direcionados ao público em geral. A AEF-Brasil também deve garantir a centralização da informação em cada programa ou ação implementado pelos diferentes parceiros da ENEF, oferecendo ao CONEF relatórios consolidados de diagnóstico e monitoramento com os resultados obtidos pelos setores público e privado. Essa entidade também pode ser responsável por implementar diretamente ações e programas de educação financeira, priorizando-os de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONEF (AEF-BRASIL, 2013).

A missão da Associação de Educação Financeira do Brasil é tornar a Educação Financeira um tema relevante, com atuação nacional e sua forma de cumprir com sua missão é atuar no desenvolvimento de tecnologias sociais e educacionais com o objetivo de que estas sejam colocadas à disposição da sociedade gratuitamente (AEF-BRASIL, 2013).

Além disso, possibilitar que a Educação Financeira chegue a todo brasileiro é dar oportunidades igualitárias de tomada de decisão financeira autônoma e saudável para vida, fortalecendo, portanto, a cidadania. Assim, a AEF-Brasil ao desenvolver seus projetos contribui para o desenvolvimento econômico e social, e especialmente, para o exercício da plena cidadania e a prática da democracia (AEF-BRASIL, 2013).

A base de atuação da AEF-Brasil é a parceria, seja por meio de apoio ou de patrocínio para a viabilização de projetos, bem como por meio de cooperação institucional para a aplicação destes projetos no ambiente adequado. Ao aplicar um projeto piloto, bem como em sua disseminação, terá que contar com organizações que atuem com o público-alvo da pesquisa, dando condições de acesso a dados e envolvimento direto com beneficiário da tecnologia em processo de construção. A AEF-Brasil também conta com patrocinadores e apoiadores de execução de seus projetos. Assim, forma-se uma organização aberta às relações institucionais, pois entende-se que o sucesso do trabalho está diretamente relacionado à busca de instituições que somem esforços – financeiros e técnicos – para a promoção da Educação Financeira no país (AEF-BRASIL, 2013).

De acordo com documento oficial do site AEF-Brasil (2013), as diretrizes de atuação da instituição são:

**Missão da AEF – Brasil**: Desenvolver uma nação financeiramente educada. **Visão**: Ser referência mundial em educação financeira.

Valores:

**Rigor Técnico:** Desenvolver tecnologias requer investimento em pesquisa, métodos e avaliação para ter respostas técnicas para os resultados alcancados:

**Inovação:** Se propõe a identificar novas formas de promover a educação financeira;

**Colaboração:** Atua com diversos setores e perfis distintos de organização para alcance de seus resultados;

**Isenção e Transparência:** Atua de forma transparente e autônoma, tendo seus recursos e esforços canalizados unicamente para os interesses da promoção da Educação Financeira.

Para avaliar o desempenho da ENEF, um sistema de monitoramento e avaliação foi desenvolvido e a AEF-Brasil é uma das responsáveis por sua execução.

Esse sistema é contínuo e abrangente, e requer diversas avaliações em momentos e contextos diferentes. Os itens a seguir foram considerados na elaboração do sistema de avaliação pela AEF-Brasil e estão descritos em documento oficial no site do BACEN (2013), no qual recomenda-se à AEF-Brasil contar com métodos de avaliação e modelos utilizados com sucesso em outros programas de educação financeira no mundo, para que seja possível, no futuro, comparar a evolução da educação financeira no Brasil com os programas de outros países. As diretrizes divulgadas pelo BACEN (2013) para elaboração do sistema de avaliação da ENEF foram:

- Especificar claramente os resultados e objetivos a serem alcançados no curto, médio e longo prazos.
- Selecionar indicadores para monitorar e avaliar tanto a implementação como os resultados. Esses indicadores devem ser claros, adequadamente medindo resultados, ter um custo razoável, e serem submetidos a validação independente.
- Estabelecer uma linha de base, ou seja, medir o status dos indicadores antes de implementar a ação ou o programa.
- Estabelecer datas-limite para alcançar objetivos e alvos.
- Coletar dados e calcular indicadores frequentemente para avaliar se os objetivos estão sendo alcançados. Essas medições devem ser estáveis no tempo e no espaço para que possam ser comparadas.
- Analisar os resultados para checar se os objetivos e metas estão sendo alcançados, inclusive verificando se os recursos estão sendo manipulados de forma eficiente.
- Planejar ações corretivas para que os objetivos e metas sejam alcançados. Uma avaliação de impacto também deve ser conduzida, buscando mensurar se a mudança dos indicadores foi realmente causada pelo projeto implementado.

No primeiro mapeamento coordenado pela AEF-Brasil, em 2013, das 803 iniciativas de educação financeira identificadas no país, 31% destas eram voltadas para o ensino de crianças e jovens, os quais foram denominados na pesquisa como grupo da Educação Financeira Para o Futuro. No 2º mapeamento, em 2018, houve um crescimento de 72% em relação a 2013, totalizando 1.383 iniciativas voluntárias. Os mapeamentos levam em consideração qualquer iniciativa relativa à educação financeira, independente de público-alvo ou da forma de financiamento, porém foi constatado que a maior parte das iniciativas acontece em escolas públicas e apenas 38% do total recebe recursos públicos. O aumento de escolas inscritas em iniciativas de educação financeira fez com que se elevasse o número de jovens com acesso ao conteúdo. Esses dados mostram duas características importantes: primeiro que a criação da ENEF e o incentivo governamental ampliaram o número de iniciativas; e

segundo que diferentes agentes da sociedade têm mostrado interesse em disseminar o tema (AEF-BRASIL, 2018).

Além da criação de um sistema robusto de avaliação, a AEF-Brasil organizou em 2017 um "ecossistema de educação financeira", com o objetivo de tornar a ENEF mais eficaz, já que também é responsável pela execução da estratégia. A figura a seguir ilustra esse ecossistema.

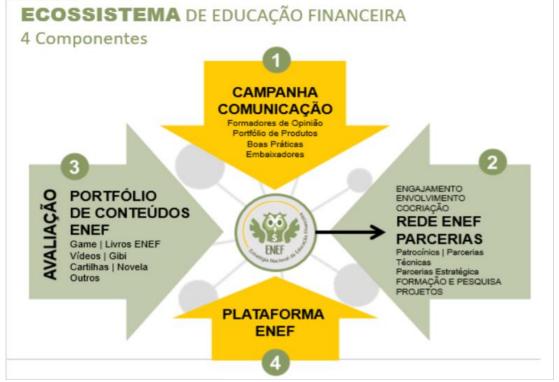


Figura 5. Ecossistema de Educação Financeira

Fonte: AEF-BRASIL. **Ecossistema de educação financeira**. 2017. Disponível em <a href="https://www.vidaedinheiro.gov.br/ecossistema/">https://www.vidaedinheiro.gov.br/ecossistema/</a>. Acesso em: 14 out. 2021.

O ciclo surge com um trabalho de divulgação do tema educação financeira (1), parcerias público-privadas (2), maior portfólio de conteúdos sobre o tema (3) e uma plataforma digital (4). Os quatro focos de atuação convergem para um Estratégia Nacional de Educação Financeira mais forte e eficaz (AEF, 2017, p. 7).

Um dos principais objetivos do novo formato adotado é tornar o educador protagonista no processo de educação financeira dos estudantes. Para isso, a AEF-Brasil (2017) tem conduzido outras iniciativas, tais como:

<sup>•</sup> estruturação de polos de formação de professores nas universidades;

- implantação de um ambiente virtual de aprendizagem formado por ferramentas interativas, espaço para publicações e intercâmbio de experiências;
- criação de um game, tecnologia educacional inovadora em educação financeira para incentivar os alunos dos ensinos fundamental e médio.

A figura a seguir reproduz a essência do ecossistema: convergência de ações e olhares, com foco no professor como agente ativo da mudança:

... Game de educação financeira ······ Campanha de comunicação Voltado a crianças e jovens com idades entre sete Lançadas, em parceria com a TV e 18 anos, o jogo educativo inovador vai disseminar Escola, a webserie R\$ 100 Neuras. o conteúdo teórico por meio de linguagem lúdica. voltada ao público adolescente adaptada ás novas gerações. A proposta é que, uma e a série Salto para o Futuro. vez distribuída nas escolas públicas, a ferramenta com foco no dia a dia da escola. potencialize os resultados do Programa de Educação Financeira desenvolvido pela AEF-Brasil. PROFESSOR ····· Polos de Formação Com a proposta de qualificar ... Plataforma integradora o professor, a AEF-Brasil executa Desenhada para ser um integrador de conteúdos exclusivos sobre o projeto-piloto de criação da Rede Nacional de Formação Acadêmica em educação financeira, a Plataforma reune conteúdos qualificados, material Educação Financeira. Em 2017, estabelece didático desenvolvido pela AEF-Brasil, o primeiro polo, no Tocantins, em parceria cursos de formação on-line, biblioteca com a Universidade Federal de Tocantins virtual, depoimentos, artigos, teses e (UFT) e a Secretaria de Educação do Estado. O piloto será referência para a outras informações sobre a Rede de Formação em Educação Financeira. expansão de outras unidades. 

Figura 6. O professor no centro dos projetos

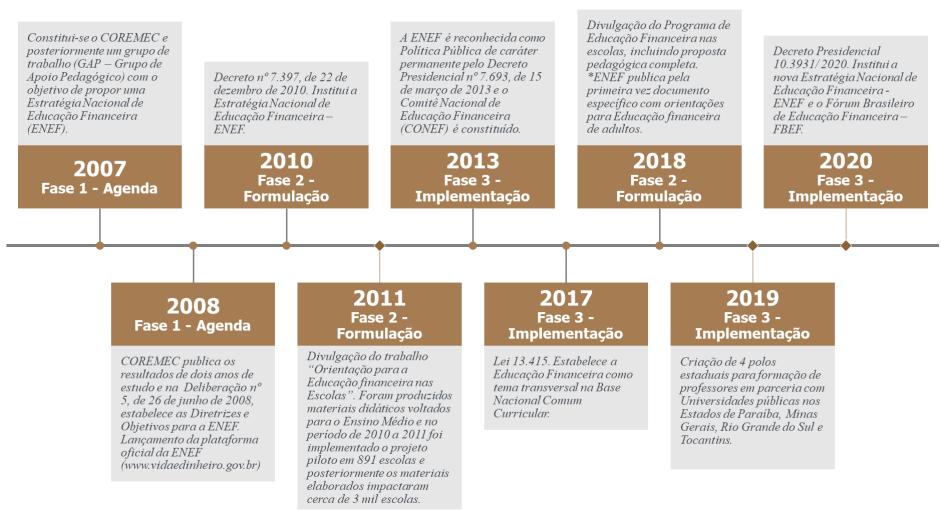
Fonte: AEF – Brasil, 2018. Disponível em: https://vidaedinheiro.gov.br/ecossistema. Acesso em: 08 mar. 2022.

Para qualificar e tornar o professor como principal agente do tema educação financeira, Romero (2019, p. 17) defende que seja estabelecida uma rede que sustente ações de formação acadêmica em educação financeira. Para o biênio de 2017-2018, a AEF-Brasil definiu plano de ação por meio de parceria com a TV Escola e a criação de conteúdos audiovisuais de educação financeira, que dão suporte aos educadores, gestores escolares, pais e estudantes no desenvolvimento de uma cultura financeira que permita um comportamento financeiro saudável, que resulte na melhoria da qualidade de vida da sociedade. Porém, para o autor, este tipo de ação ainda se mostra embrionária, quando relacionamos o tema às iniciativas no ensino superior.

A linha do tempo a seguir resume as etapas da ENEF descritas detalhadamente neste capítulo e as relaciona com as fases das políticas públicas apresentadas no Quadro 1 (p. 25) deste trabalho. Observa-se que a fase 1 (agenda), na qual busca-se compreender como e porque o tema se tornou prioritário durou aproximadamente dois anos, assim como sua fase de formulação, na qual definiu-se os papéis de cada instituição, planejamento e objetivos da ENEF. Somente após seis anos do início das discussões sobre o tema é que a ENEF passa para fase de implementação e é reconhecida como política pública, demonstrando a morosidade e complexidade de se atender às novas demandas da sociedade. A fase 4 de avaliação não foi claramente estabelecida na política, tal como metodologia, periodicidade e responsáveis pelo levantamento dos dados, o que fragiliza a efetividade de sua implementação. Importante ressaltar que ao longo de sua implementação, novas formulações ou atualizações foram necessárias, como a criação do documento específico para orientação de educação financeira de adultos em 2018 e a atualização do Decreto Presidencial em 2020.

Podemos observar também a morosidade do processo de implementação da política pública de educação financeira no Brasil, pois somente após 10 anos de sua concepção ela ganha abrangência através da entrada na Base Nacional Comum Curricular e uma proposta pedagógica específica.

Figura 7. Linha do tempo da ENEF e Fases de Implementação da Política de Educação Financeira



Fonte: Elaborado pela própria autora a partir de informações extraídas do site oficial da ENEF. Disponível em: https://vidaedinheiro.gov.br. Acesso em: 03 fev. 2022.

# 5 EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ENSINO SUPERIOR

A Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF completou dez anos em meio a pandemia. Nasceu no pós-crise internacional de 2008 e chegou em 2020 no auge da maior crise sanitária dos últimos tempos, em um grande desafio para uma política de educação financeira, com milhares de famílias enfrentando dificuldades financeiras e precisando se reinventar para sobreviver.

Diante dos desafios que esta realidade impôs, a presente insegurança e o superendividamento em novembro de 2020, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) conduziu uma pesquisa com o objetivo de avaliar a Estratégia nacional de educação financeira (ENEF).

O estudo reuniu quatro diferentes abordagens para avaliar como a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) evoluiu nos últimos dez anos. São elas: como o sistema financeiro atua na disseminação da educação financeira; quais os conteúdos de educação financeira oferecidos nos canais digitais dos bancos e como as ações desenvolvidas pela política pública estão impactando a população, tanto na percepção dos consumidores quanto na opinião dos especialistas e profissionais que atuam como consultores financeiros (IDEC, 2020, p. 4).

A pesquisa evidenciou que os principais agentes não apresentam indicadores de desempenho, apenas informações quantitativas. BACEN e FEBRABAN não apresentaram ou desenvolveram indicadores de desempenho nos últimos dez anos. As informações disponibilizadas são quantitativas e indicam apenas a expansão do conceito sem mensuração efetiva do impacto. A resposta sobre a ausência de indicadores de desempenho foi justificada como precoce diante das ações desenvolvidas junto aos alunos da educação básica (principalmente ensino fundamental e médio, foco inicial da política) e ainda não é possível mensurar os resultados de tais ações (IDEC, 2020, p. 8).

Entretanto, ainda que não existiam indicadores de impacto no Brasil para avaliar o desempenho da política pública de educação financeira. De acordo com pesquisa realizada pela OCDE, levando-se em consideração o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), divulgado em 2018, o Brasil ficou em 17º entre os 20 países analisados, ficando à frente apenas do Peru, Geórgia e Indonésia, com uma nota média de 420 pontos, ficando abaixo da nota média dos países avaliados, de 505 pontos (OCDE, 2018).

Para o IDEC, a classificação do PISA e os resultados obtidos na sua pesquisa apontam lentidão no avanço dos objetivos estabelecidos inicialmente pela ENEF, e um profundo distanciamento para o conjunto da sociedade que não é alcançado pelas medidas propostas e está na linha de frente da atuação do setor financeiro. É preciso promover o aprimoramento da lei e a inclusão de indicadores de desempenho da política, além de ampliar a abrangência dos projetos de educação financeira para outros segmentos sociais, priorizando a população adulta que já está inserida no mercado e mantém relacionamento constante com o sistema bancário (IDEC, 2020, p.17).

Nas suas conclusões, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor ressalta:

Temos no Brasil um contingente expressivo de analfabetos funcionais, devido à precariedade da estrutura de ensino básico, impedindo o avanço da educação financeira e mantendo esse grupo permanentemente exposto aos abusos praticados pelo sistema financeiro e por escolhas erradas provocadas pelo desconhecimento e exploração da sua vulnerabilidade. O superendividamento é uma consequência desse processo nocivo e, para avançar no combate a ele, é preciso estabelecer a educação financeira real, a qual irá impactar quem já está sendo afetado todos os dias pelo assédio dos bancos... A criança educada hoje terá um resultado daqui a 10 anos, mas os milhares de consumidores que estão vinculados aos bancos através de créditos e investimentos, muitas vezes contratados equivocadamente precisam de capacitação imediata (IDEC, 2020, p. 54).

O estudo conclui que, atualmente, temos no país um contingente de adultos, no grupo da população economicamente ativa, despreparados e tomando decisões erradas com influência de muitas instituições financeiras. Esse grupo estava fora do recorte de atuação das políticas públicas de educação financeira, mas está no foco de atuação do sistema financeiro. É preciso desenvolver mecanismos para capacitar os cidadãos em todas as etapas da vida sobre o uso do dinheiro e promoção do equilíbrio com planejamento financeiro. A contribuição da educação financeira é fundamental e requer o engajamento de todos os setores envolvidos (IDEC, 2020, p. 58).

Outro exemplo da atuação tímida da ENEF na população adulta é que desde 2019, a ENEF prevê a constituição de polos que apoiam ações de formação acadêmica em educação financeira, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento de todo o ecossistema que já apresentamos, com foco no professor e na formação de disseminadores de conteúdo. Cada polo requer o estabelecimento de parcerias com Universidades e Institutos Federais de Ensino Superior, Secretarias

de Educação estaduais e municipais e fundações de apoio à pesquisa com o objetivo de desenvolver um curso que atenda às demandas regionais, além de possibilitar a progressão na carreira e a certificação (AEF-BRASIL, 2019).

As premissas dessa rede de parceria entre AEF-Brasil e Universidades foram:

- a) Propiciar formação qualificada e inclusiva em educação financeira por meio de parcerias entre a AEF-Brasil, universidades e secretarias de Educação;
- b) Valorizar o professor como agente central de mudança e protagonista da disseminação do tema;
- c) Aumentar a proficiência financeira dos professores participantes;
- d) Fomentar uma massa crítica com professores qualificados para disseminar a educação financeira;
- e) Fortalecer a criação de conhecimento científico com a produção de artigos, dissertações etc.:
- f) Estimular o desenvolvimento de uma cultura de educação financeira nas escolas dos cursistas participantes;
- g) Criar ambiente virtual de aprendizagem constituído de ferramentas interativas, publicações e espaços para trocas de experiências e conhecimentos;
- h) Possibilitar certificação dos participantes com chancela das universidades promotoras (AEF-BRASIL, 2019).

Porém, após 3 anos de implantação, apenas quatro Universidades Federais participam na prática do projeto, localizadas no Tocantins, Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, comprovando a restrição de acesso e fragilidade do tema quando nos referimos a educação superior.

Nesse contexto, vale destacar que, diferentemente da forma como ocorre na educação básica, em que a educação financeira foi incluída na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), na educação superior não há a obrigatoriedade de se trabalhar com essa temática tão importante e necessária para o desenvolvimento profissional e cidadão do jovem universitário.

Na educação superior, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, cada curso de graduação possui Diretrizes Curriculares Nacionais próprias definidas pelo Conselho Nacional de Educação, para cursos de bacharelado, licenciatura e tecnológicos, as quais não incluem a temática da educação financeira dentro dos conteúdos a serem trabalhados ou das competências que devem ser desenvolvidas nos estudantes desse nível de ensino. Isso pode ser comprovado por meio da consulta e da análise das Diretrizes Curriculares Nacionais

de cada curso de graduação disponíveis no Portal do Ministério da Educação<sup>7</sup>, quando do desenvolvimento dessa dissertação.

Vale mencionar também que, mesmo com a implementação da Estratégia Nacional de Educação Financeira e sua caracterização enquanto Política Pública, o Ministério da Educação e o Conselho Nacional de Educação (CNE) não se manifestaram nem no sentido de se trabalhar com a temática da educação financeira de forma transversal nos currículos dos cursos de graduação, como ocorre com outras temáticas importantes que foram objeto de manifestação por este Conselho, como a educação ambiental (Resolução CNE/CP Nº 2/2012), a educação em direitos humanos (Resolução CNE/CP Nº 1/2012), e a educação das relações étnico-raciais (Resolução CNE/CP Nº 1/2004).

Assim, essa dissertação busca, além de contextualizar como a Educação Financeira se torna política pública no Brasil, também analisar o tema no âmbito da educação superior e se instituições de ensino têm realizado ações específicas para a educação financeira, mesmo sem a obrigatoriedade da tratativa da temática no currículo dos cursos de graduação, divulgando essas ações por meio da pesquisa científica.

Com este propósito, foi realizado um levantamento bibliográfico nas plataformas Portal de Periódicos da Capes, Scielo-Brasil e Google Acadêmico, que evidenciou a fragilidade do tema quando vinculado à educação superior, principalmente no que tange aos resultados divulgados por meio da pesquisa científica. A pesquisa considerou trabalhos do tipo artigos, resenhas, dissertações e teses, publicados nos últimos 10 anos no Brasil, após a implementação da Estratégia Nacional de Educação Financeira.

Em cada base de dados pesquisada, foram definidas palavras-chave para as buscas, as quais foram refinadas por meio de operadores booleanos (and/e, or/ou, not/não) e por critérios de inclusão e exclusão, em algumas fases, conforme quadro que segue:

-

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares – Cursos de Graduação.** Disponível em: <a href="http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12991">http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12991</a>. Acesso em 02 fev. 2022.

Quadro 6. Levantamento bibliográfico – Portal de Periódicos da CAPES, Scielo Brasil e Google Acadêmico

|               | CAPES  |   |                                 |           |  |  |
|---------------|--|---|---------------------------------|-----------|--|--|
| Fases         | Palavras-chave   | Assunto   | Periódicos                      | Resultado |  |  |
| Fase 1        | Educação financeira e educação                               | Educação, education   | -                               | 680       |  |  |
| Fase 2        | Educação financeira e políticas públicas ou política pública | Education, public policy, políticas públicas, education policy. | -                               | 862       |  |  |
| Fase 3        | Educação financeira e políticas públicas ou política pública | Education, public policy, políticas públicas, education policy. | Somente relacionados à educação | 22        |  |  |
| Fase 4        | Educação financeira e ensino superior                        | Education, higher education, Colleges and Universities          | -                               | 877       |  |  |
| Fase 5        | Educação financeira e ensino superior                        | Education, higher education, Colleges and Universities          | Somente relacionados à educação | 286       |  |  |
| Fase 6        | Educação financeira e política pública e ensino superior     | -   | -                               | 20        |  |  |
| Scielo Brasil |  |   |                                 |           |  |  |
|               | From Bullion the Company Brown Brown                         |   |                                 |           |  |  |

| Scielo Brasil |  |           |  |
|---------------|--|-----------|--|
| Fases         | Palavras-chave   | Resultado |  |
| Fase 1        | Educação financeira e educação                               | 99        |  |
| Fase 2        | Educação financeira e políticas públicas ou política pública | 22        |  |
| Fase 4        | Educação financeira e ensino superior                        | 9         |  |
| Fase 5        | Educação financeira e política pública e ensino superior     | 4         |  |
|               | Google Acadêmico   |           |  |
| Fases         | Palavras-chave   | Resultado |  |
| Fase 1        | Educação financeira e educação                               | 348       |  |
| Fase 2        | Educação financeira e políticas públicas ou política pública | 49        |  |
| Fase 4        | Educação financeira e ensino superior                        | 30        |  |
| Fase 5        | Educação financeira e política pública e ensino superior     | 17        |  |

Fonte: Elaborado pela própria autora.

A busca no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) teve como objetivo encontrar trabalhos que vinculassem a educação financeira como política pública no ensino superior. Ao utilizar as palavras-chave de maior relevância, ou seja, "educação financeira", "política pública" e "ensino superior", foram encontrados apenas 20 resultados, dos quais desconsiderou-se nove trabalhos. Os critérios de exclusão foram: três produções se encontravam em duplicidade; três trabalhos continham temas diversos que não se vinculam a esta pesquisa (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, Agroecologia, Inovação); um abordava o tema no ensino fundamental e dois no ensino médio, mesmo com a utilização da palavra-chave "ensino superior" sendo utilizada.

A seguir, apresenta-se um breve resumo dos resultados e principais apontamentos sobre os 11 trabalhos encontrados no Portal de Periódicos da CAPES:

**Quadro 7. Resultados considerados CAPES** 

|           | Autores   | Ano  | Título  | Palavras-Chave                             |
|-----------|---|------|---|--|
|           |   |      | Desvelando Diálogos Entre Educação Financeira e   | Educação Financias                         |
| Toyto 1   | ASSIS, Samuel Alves; TORISU,                          | 2021 | Educação Matemática Crítica: uma Pesquisa   | Educação Financeira;                       |
| Texto 1   | Edmilson Minoru.                                      |      | Envolvendo Dissertações de Mestrados  | Educação Matemática;<br>Matemática crítica |
|           |   |      | Profissionais   | Matematica critica                         |
|           | CARVALHO, Ana Carolina                                | 2019 | A educação financeira dos estudantes da   | Educação financeira;                       |
| Texto 2   |   |      | Universidade Federal de Uberlândia segundo  | finanças pessoais;                         |
| TEXIO 2   |   |      | aspectos individuais, demográficos e de   | características                            |
|           |   |      | socialização  | demográficas                               |
|           |   | 2019 |   | Educação financeira;                       |
|           |   |      | A educação financeira nas escolas: o impacto  | universidade; gestão                       |
| Texto 3   | VILLELA, Daniel Griner                                |      | desta educação na inserção do aluno na  | financeira; risco                          |
| TCX10 3   |   | 2013 | universidade  | financeiro; produtos                       |
|           |   |      |   | financeiros de                             |
|           |   |      |   | investimento; dívidas.                     |
|           |   |      | Agenda de políticas públicas: a estratégia para a   | Inclusão Financeira;                       |
| Texto 4   | RIBEIRO, Cristina Tauaf.                              | 2020 | educação financeira no Brasil sob a ótica do  | Políticas Públicas;                        |
|           |   |      | modelo de múltiplos fluxos  | Grupos de interesse                        |
|           | FERREIRA, Marco Tulio L.                              |      | O nível de educação financeira e finanças pessoais  | Educação financeira;                       |
| Texto 5   |   | 2017 | dos alunos da Universidade Federal De Uberlândia  | · ' ' '                                    |
|           |   |      | - MG  | finanças pessoais                          |
|           | ISOTON, Joseane Santana Silva                         |      | Educação financeira: revisão de trabalhos acadêmicos  | Análise textual;                           |
| Texto 6   |   | 2017 |   | Educação Financeira;                       |
|           |   |      |   | Planejamento                               |
|           |   |      |   | Financeiro                                 |
|           | ANDRADE, Tamiris Ferreira de                          | 2020 | Educação financeira dos estudantes da<br>Universidade Tecnológica Federal do Paraná   | Educação financeira;                       |
|           |   |      |   | conhecimento                               |
| Texto 7   |   |      |   | financeiro;                                |
|           |   |      |   | comportamento                              |
|           |   |      |   | financeiro; atitude                        |
|           |   |      |   | financeira                                 |
|           | SOARES, Antonio Jorge Gonçalves<br>; BRANDOLIM, Fabio | 2017 | Desafios e Dificuldades na Implementação do   | Educação Integral;                         |
| Texto 8   |   |      | Programa Mais Educação: percepção dos atores  | Implementação;                             |
|           |   |      | das escolas   | Voluntários; Escola de                     |
|           |   |      |   | Tempo Integral                             |
|           | AVELAR, Lucio Flávio T.                               |      | Valores do dinheiro e propensão ao<br>endividamento: uma análise em estudantes de<br>uma instituição federal de ensino superior | Finanças                                   |
| Texto 9   |   | 2014 |   | comportamentais;                           |
|           |   |      |   | valores do dinheiro;                       |
|           | BARZOTTO, Carlos Eduardo;<br>SEFFNE, Fernando.        | 2020 | Escola Sem Partido e sem gênero:redefinição das   | endividamento                              |
| Texto 10  |   |      |   | Política educacional;                      |
|           |   |      |   | Gênero; Ideologia;                         |
|           |   |      | fronteiras público e privado na educação  | Neoconservadorismo;                        |
|           | 1   |      | Educação financeiro um astuda sema se discusto  | Neoliberalismo                             |
| Taut : 44 | LAUREANO,Antonia R;                                   | 2019 | Educação financeira: um estudo com os discentes   | Educação financeira;                       |
| rexto 11  |   |      | do curso de administração de uma instituição de   | finanças pessoais;                         |
|           |   |      | ensino superior   | planejamento                               |

Fonte: Elaborado pela própria autora.

Os textos 1, 3, 4, 8 e 10 tratam de políticas públicas educacionais e educação financeira, apresentando maior correlação à tríplice discussão proposta: educação financeira, políticas públicas educacionais e educação superior. Em "Desvelando diálogos entre educação financeira e educação matemática crítica", Assis e Torisu (2021) analisam dissertações que apresentam a educação financeira como tema principal e investigam possíveis diálogos com o campo teórico da educação matemática crítica. Na pesquisa "Agenda de políticas públicas: a estratégia para a educação financeira no Brasil sob a ótica do modelo de múltiplos fluxos", Ribeiro (2020) se apoia na teoria de John Kingdon para o entendimento dos processos decisórios no âmbito estatal, e utilizando-se deste referencial, analisa o contexto da criação da ENEF e sua concepção como política pública. Os textos de Soares, Brandolim (2017) e de Barzotto, Seffne (2020) abordam as políticas públicas educacionais na prática e os desafios de sua implementação num ambiente não Seffne (2020) discutem homogêneo. Barzotto, ainda as dificuldades implementação dos temas transversais propostos na BNCC, tais como a educação financeira; e os interesses políticos e privados na determinação destes temas.

Por meio de uma abordagem crítica, no texto 3, Villela (2019) tem o intuito de exaltar a importância do tema educação financeira na concretização de sonhos e projetos futuros dos estudantes. Em "A educação financeira nas escolas: o impacto desta educação na inserção do aluno na universidade", o autor evidencia que a presença de matérias sobre finanças pessoais nas escolas é crucial para o aluno desenvolver uma boa gestão financeira pessoal, chegar e principalmente se manter na universidade.

Os textos 2, 5, 7 e 11 demonstram resultados de estudos de caso realizados no âmbito da educação superior. Em "A educação financeira dos estudantes da Universidade Federal de Uberlândia", Carvalho (2019) analisa a correlação das atitudes financeiras dos estudantes com aspectos individuais, demográficos e de socialização. No trabalho "O nível de educação financeira e finanças pessoais dos alunos da Universidade Federal De Uberlândia – MG", Ferreira (2017) conclui, através de uma pesquisa de cunho quantitativa-descritiva, que o maior conhecimento de educação financeira influencia na condição de menores níveis de endividamento. O texto 7 de Andrade (2020) e o texto 11 de Laureano (2019) utilizam-se de pesquisa exploratória quantitativa para mensurar o nível de educação financeira dos discentes e ambos obtêm resultado semelhante, concluindo que embora o nível de

conhecimento financeiro seja aceitável, ele não é acompanhado de comportamento financeiro responsável e atitude positiva em relação ao dinheiro.

No texto 9, "Valores do dinheiro e propensão ao endividamento: uma análise em estudantes de uma instituição federal de ensino superior", métodos quantitativos foram utilizados por Avelar (2014) para estudar o comportamento dos discentes, através de uma análise fatorial da Escala de Atitude ao Endividamento.

Por fim, no texto 6 "Educação financeira: revisão de trabalhos acadêmicos", Isoton (2017) analisa as produções científicas do tema educação financeira entre 2007 e 2016 disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES em língua portuguesa. Nesse texto, a autora afirma que, de modo geral, os artigos são desenvolvidos para analisarem como a educação financeira e suas variações (exemplo finanças pessoais) podem contribuir para uma vida melhor. Apesar de ter processos e objetivos diferentes, a maioria dos artigos tem um foco principal, no qual a educação financeira contribui para melhor tomada de decisão, trazendo benefícios para o cidadão e a sociedade.

Utilizou-se os mesmos critérios de busca na plataforma Scielo Brasil e apenas quatro resultados foram encontrados, dos quais desconsiderou-se um trabalho por duplicidade e três produções por tratarem de temas não relacionados a esta pesquisa (cobrança de mensalidade no ensino superior, status socioeconômico e linguística, e oferta de cursos superiores no estado de Minas Gerais); como resultado, portanto, a pesquisa não encontrou nesta plataforma trabalhos aderentes ao tema proposto.

Manteve-se os critérios de busca na plataforma Google Acadêmico e 17 resultados foram encontrados, dos quais desconsiderou-se o total de 13 produções. Seis trabalhos por tratarem do tema em outros contextos que não a educação superior (três trabalhos abordavam a matemática financeira e matemática crítica no âmbito do ensino fundamental; duas pesquisas tinham como foco o planejamento da aposentadoria e uma produção o objetivo de discutir o tema de finanças comportamentais no ensino médio). Sete produções foram excluídas do estudo por tratarem de temas não relacionados a esta pesquisa (jogos educacionais, organização curricular, competência em informação e competência informacional, engenharia econômica, desenho universal para aprendizagem e organização curricular). Assim, a pesquisa na plataforma encontrou apenas quatro resultados aderentes a busca, conforme se observa no quadro 8, a seguir:

Quadro 8. Resultados considerados Google Acadêmico

| ~       | Autores  | An   | Título  | Palavras-Chave 🔻   |
|---------|--|------|---|--|
| Texto 1 | NASCIMENTO, Joao Carlos<br>Hipolito Bernardes Do ; MACEDO,<br>Marcelo Alvaro Da Silva ; DE<br>SIQUEIRA, Jose Ricardo Maia ;<br>BERNARDES, Juliana Rei. | 2016 | Alfabetização financeira: um estudo por meio da aplicação da teoria de resposta ao item.                          | Alfabetizacao<br>financeira;<br>habilidades latentes;<br>Teoria de Resposta<br>ao Item   |
| Texto 2 | LUDITK, William; LUIZ, Josiani;<br>LUCCAS, Simone; COELHO NETO,<br>João.   | 2020 | A Matemática Financeira nos Mestrados<br>Profissionais em Ensino: uma revisão da Literatura                       | Ensino; Mestrados<br>Profissionais;<br>Educação Financeira;<br>Matemática<br>Financeira; Revisão<br>Sistemática de<br>Literatura |
| Texto 3 | MEDEIROS, Flaviani Souto Bolzan<br>LOPES, Taize de Andrade<br>Machado.   | 2014 | Financas pessoais: um estudo com alunos do<br>curso de ciencias contabeis de uma ies privada de<br>Santa Maria-RS | Financas pessoais;<br>Planejamento<br>financeiro; Educacao<br>financeira   |
| Texto 4 | HENRIQUES, Marcílio Dias;<br>FERREIRA, Gilberto Fernandes;<br>VALENTIM, Maurílio Antonio;<br>TAKAHASHI, Lucy Tiemi;<br>SANTANA, Luiza Lúcia e Silva.   | 2019 | A Experiência do Subprojeto<br>PIBID/UFJF/Matemática Presencial na Formação<br>Docente em Matemática              | Matematica;<br>formação docente;<br>escola presencial  |

Fonte: Elaborado pela própria autora.

No texto 1 "Alfabetização financeira: um estudo por meio da aplicação da teoria de resposta ao item", Nascimento *et al.* (2016) busca mensurar o nível de alfabetização financeira dos discentes utilizando-se da teoria de resposta ao item (TRI<sup>8</sup>) como instrumento metodológico para análise dos dados. Os resultados obtidos permitem concluir que a TRI é uma opção metodológica relevante, possibilitando a comparabilidade dos conhecimentos financeiros por meio de uma medida consistente e confiável, entre estudos, populações, realidades e programas distintos.

No texto 2, Luditk *et al.* (2020) buscam identificar quais os produtos educacionais que vêm sendo produzidos em Mestrados Profissionais de Ensino envolvendo a temática da Matemática e da Educação Financeira correlacionadas e ainda quais metodologias e recursos estão sendo utilizados para o ensino dos referidos conteúdos. Como conclusão, dos 4.417 trabalhos analisados pelos autores, somente 45 tratavam da temática pesquisada, ou seja, aproximadamente 1,04% do total, o que mostra um longo caminho a ser percorrido até que a educação financeira se associe a matemática na sala de aula.

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> A TRI fundamenta-se em modelos matemáticos nos quais o cálculo da estimativa do traço latente leva em conta não só as respostas dadas pelos indivíduos, mas também, as propriedades dos itens que serviram para essa avaliação (NASCIMENTO *et al.*, 2016, p. 8)

Com enfoque na análise quantitativa, no texto 3 temos "Finanças pessoais: um estudo com alunos do curso de Ciências Contábeis de uma IES privada de Santa Maria-RS", de Medeiros e Lopes (2014), que tem o objetivo de verificar o comportamento dos alunos no que diz respeito às suas finanças pessoais. Os autores concluem que apesar de possuírem uma visão positiva sobre suas finanças, os alunos apresentam diferentes níveis de endividamento e contas em atraso.

O texto 4, "A Experiência do Subprojeto PIBID/UFJF/Matemática Presencial na Formação Docente em Matemática", é o único trabalho selecionado que conecta educação financeira à formação docente, no qual Henriques *et al.* (2019) apresentam e discutem experiências formativas e seus resultados gerais, vivenciados a partir de ações planejadas e executadas dentro de um projeto de formação de professores financiado pela Capes, na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Fazendo-se uma análise dos trabalhos selecionados nas plataformas Portal de Periódicos da Capes e Google Acadêmico com a concepção da educação financeira apresentada no capítulo 3, se pode perceber que o texto de Villela (2019) "A educação financeira nas escolas: o impacto desta educação na inserção do aluno na universidade" apresenta maior convergência com a ideia de letramento financeiro trazida por Soares (2016), na qual o conceito se apresenta como elemento transformador da ordem social, favorecendo não só a entrada do estudante na universidade, como sua permanência até a conclusão do curso. Por sua vez, os resultados encontrados nas pesquisas de Medeiros *et al.* (2014), Laureano (2019) e Andrade (2020), corroboram com a concepção de letramento de Vitt (2004) e Criddle (2006). Os autores defendem que o conhecimento financeiro não é suficiente para instrumentalização do cidadão, e é preciso aprimoramento de comportamentos e atitudes, influenciados por valores pessoais e externos.

No geral, se verifica pouca objetividade das publicações e ao mesmo tempo o interesse recente pelo tema educação financeira. Observa-se que dos quinze trabalhos encontrados nas plataformas, 80% deles foram publicados nos últimos cinco anos, três em 2017, quatro deles em 2019, quatro em 2020 e um em 2021.

4 3 2 1 0 2014 2016 2017 2019 2020 2021

Figura 8. Quantidade de publicações sobre o tema no decorrer dos anos

Fonte: Elaborado pela própria autora.

Chama a atenção nos resultados selecionados, que após a leitura dos resumos dos trabalhos, foi constatado que nenhum deles vincula, discute ou aborda diretamente a educação financeira como política pública no ensino superior e tampouco a atuação das Universidades na disseminação de conteúdos relacionados.

Com relação aos temas, observa-se que três pesquisas tratam a educação financeira através do método de revisão de literatura e sete buscam medir a educação financeira dos estudantes do ensino superior (o que não envolve, no entanto, ações educativas desenvolvidas no âmbito da educação superior para o letramento financeiro), utilizando-se de métodos quantitativos.

Por fim, cinco trabalhos puderam ser analisados relacionando a educação financeira de alguma forma à concepção de políticas públicas.

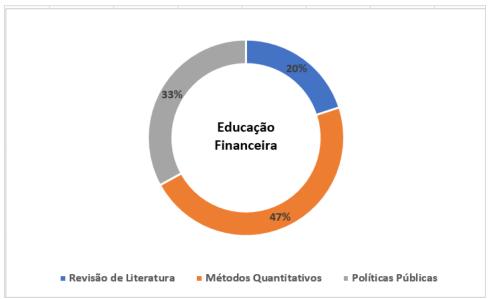


Figura 9. Distribuição das produções segundo a tratativa do tema

Fonte: Elaborado pela própria autora.

Para as pesquisas enquadradas sob a temática de políticas públicas, um breve resumo do que se propõe cada uma delas foi elaborado e posteriormente houve uma reclassificação segundo as fases das políticas públicas em que poderiam ser analisadas. Como referencial teórico para classificação, utilizou-se das "Fases de implementação das políticas públicas" descritas por Lotta (2019, p.13) e demonstradas resumidamente no Quadro 1 desta dissertação.

No Quadro 9 apresenta-se o resultado deste estudo:

## Quadro 9. Distribuição das produções segundo a fase da política pública

| Autores   | Ano  | Título   | Palavras-Chave  | Resumo  | Fase da Política Pública  |
|---|------|--|---|---|---------------------------|
|   | 2020 |  |   | Este artigo analisa a trajetória que levou ao estabelecimento da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) no Brasil. Trata-se de estudo de caso sobre agenda e formulação no campo das políticas públicas e, ao se apoiar no modelo de múltiplos fluxos (MMF) de John Kingdon, identifica  |                           |
| RIBEIRO, Cristina Tauaf.  |      | Agenda de políticas públicas: a estratégia para a educação<br>financeira no Brasil sob a ótica do modelo de múltiplos fluxos | Inclusão Financeira; Políticas<br>Públicas; Grupos de interesse                   | elementos teóricos em uma situação de caráter empírico, objetivando contribuir para o entendimento dos processos decisórios no âmbito estatal, quando da criação da política. Calcado em pesquisa bibliográfica e documental, este estudo demonstra que a influência exercida pela OCDE não foi suficiente para despertar a atenção imediata do governo e aponta um conjunto mais complexo de fatores e atores que, orquestrados, propiciaram a convergência de fluxos que resultou na ascensão do tema à agenda de decisões.   | Agenda e Formulação       |
| NASCIMENTO, Joao Carlos Hipolito<br>Bernardes Do ; MACEDO, Marcelo Alvaro Da<br>Silva ; DE SIQUEIRA, Jose Ricardo Maia ;<br>BERNARDES, Juliana Rei. | 2016 | Alfabetização financeira: um estudo por meio da aplicação da teoria<br>de resposta ao item.                                  | Alfabetizacao financeira;<br>habilidades latentes; Teoria de<br>Resposta ao Item  | O estudo teve por objetivo mensurar o nível de alfabetização financeira dos discentes. Para análise dos dados, foi utilizada a Teoria de Resposta ao Item (TRI). O estudo contribuiu ao testar empiricamente, no contexto nacional, a utilização da TRI e a estimação da alfabetização financeira, permitindo concluir que a TRI é uma opção metodológica importante na estimação desse traço latente, que possibilita a comparabilidade dos conhecimentos financeiros por meio de uma medida consistente e confiável, por meio de estudos, populações, realidades e programas distintos.                                   | Avaliação                 |
| SOARES, Antonio Jorge Gonçalves ;<br>BRANDOLIM, Fabio ; AMARAL, Daniela Patti.  | 2017 | Desafios e Dificuldades na Implementação do Programa Mais<br>Educação: percepção dos atores das escolas                      | Educação Integral;<br>Implementação; Voluntários;<br>Escola de Tempo Integral     | O presente artigo tem o objetivo de investigar a implementação do Programa Mais Educação (PME) a partir da percepção dos atores que tomam decisões cotidianas nas escolas para dar corpo aos objetivos dessa política indutora do governo federal. Os resultados indicam que as escolas enfrentam dificuldades de estabelecer parcerias com outras instituições para o desenvolvimento das atividades.  | Implementação             |
| HENRIQUES, Marcílio Dias; FERREIRA,<br>Gilberto Fernandes; VALENTIM, Maurílio<br>Antonio; TAKAHASHI, Lucy Tiemi;<br>SANTANA, Luiza Lúcia e Silva.   | 2019 | A Experiência do Subprojeto PIBID/UFJF/Matemática Presencial na<br>Formação Docente em Matemática                            | Matematica; formação docente;<br>escola presencial                                | O objetivo central deste artigo é apresentar e discutir as experiências formativas e seus resultados gerais, vivenciados a partir das ações planejadas e executadas no subprojeto analisado. Através de três linhas básicas de ações, o PIBID/UFJF/Matemática Presencial impactou de modo inovador e decisivo na formação pedagógica de futuros professores de Matemática.  | Implementação e Avaliação |
| BARZOTTO, Carlos Eduardo; SEFFNE,<br>Fernando.  | 2020 | Escola Sem Partido e sem gênero:redefinição das fronteiras público e privado na educação                                     | Política educacional; Gênero;<br>Ideologia; Neoconservadorismo;<br>Neoliberalismo | No texto, objetiva-se discutir teoricamente a influência de discursos neoliberais e (neo)conservadores nas políticas educacionais. A partir dos estudos foucaultianos sobre neoliberalismo e de estudos sobre a nova onda conservadora mundial, se defende que o sintagma "Ideologia de Gênero", bem como "Escola Sem Partido", são utilizados como estratégias discursivas de modo a unificar demandas neoliberais e (neo)conservadoras. A partir dessa união, é diminuído o caráter republicano da educação brasileira, substituindo-o pelo caráter moral e e pela racionalidade neoliberal focada no modelo empresarial. | Formulação                |

Fonte: Elaborado pela própria autora

O texto de Ribeiro (2020) nos traz uma análise aprofundada da Agenda e Formulação da ENEF como política pública e da influência exercida pela OCDE e por outros órgãos governamentais, de forma a compor os fatores que se fizeram presentes no processo decisório estatal. Barzotto (2020) também aborda o tema das políticas educacionais na fase de Formulação, demonstrando a influência de discursos neoliberais e (neo) conservadores e a estratégia política de tentar unificar as duas linhas de pensamento.

A produção de Henriques *et al.* (2019), além de apresentar discussões sobre a fase de Implementação da política pública, propõe indicadores de impacto do projeto na formação pedagógica dos futuros professores, permitindo sua Avaliação.

Em "Alfabetização financeira: um estudo por meio da aplicação da teoria de resposta ao item", os autores propõem e testam empiricamente o uso da Teoria de Resposta ao Item (TRI) para mensurar o nível de alfabetização financeira de discentes (Nascimento *et al.*, 2016). O estudo se mostra como alternativa metodológica aos índices quantitativos atualmente utilizados na fase de Avaliação das políticas públicas de educação financeira.

## 5.1 Resultados, reflexões e oportunidades

Os resultados da pesquisa bibliográfica reforçam os já apresentados nesta dissertação e divulgados pelo PISA (2018) e IDEC (2020), nos quais verificou-se que a política pública de educação financeira e suas ações voltadas ao público adulto e universitário são quase inexistentes e pouco discutidas, mesmo após 10 anos de sua implementação. As ações continuam sendo concentradas em públicos-alvo como estudantes da Educação Básica (Ensino Médio e Fundamental), mulheres atendidas pelo Bolsa Família e aposentados que ganham até dois salários-mínimos. Frisa-se que, em relação aos estudantes da Educação Básica, isso só ganhou força após a implementação da BNCC.

Como iniciativa que objetiva transformar essa realidade e ampliar a dimensão da ENEF, em dezembro de 2018, a AEF-Brasil, como executora da Estratégia Nacional de Educação Financeira, divulgou um documento que estabelece metas de longo prazo e Diretrizes para educação financeira de adultos:

<sup>-</sup> Ações educativas sem finalidade lucrativa e sem comercialização de produtos;

- Mobilizar a sociedade para a causa da Educação Financeira de Adultos;
- Adequar os programas e as ações aos diferentes contextos, públicos-alvo, suportes, linguagens, mídias e formatos, com vistas ao alcance dos objetivos;
- Monitorar e avaliar periodicamente os programas e ações para mensurar sua efetividade;
- Buscar apoio nas ações educativas comprovadamente bem-sucedidas, inclusive internacionais (AEF-Brasil, 2018, n.p).

A AEF – Brasil (2018) também reconhece o perfil desafiador desse público, que já tem uma sabedoria adquirida ao longo da vida, maior resistência a mudanças e precisa ver relevância e aplicação no que aprende. Por outro lado, o conhecimento financeiro se mostra urgente e, quando aliado a educação para cidadania, passa a ter "função REPARADORA de uma realidade injusta; EQUALIZADORA, criando novas oportunidades; QUALIFICADORA, apostando numa formação permanente, com solidariedade e diversidade" (AEF-Brasil, 2018, p.2, com destaques da autora).

Para Godoi e Tiné (2020), a educação financeira vem ampliando seu alcance de forma gradativa, apoiada nos esforços do Estado brasileiro e da sociedade civil organizada, diante dos desafios sociais e econômicos impostos globalmente. Sabese que, como todo processo educacional, a educação financeira exige planejamento, engajamento e mobilização, mesmo considerando que os resultados não se efetivem, necessariamente, a curto e médio prazos, os esforços precisam ser continuados e ampliados.

O grande desafio, quando se trata de abordar a educação financeira no ensino superior, é trazer significância ao tema e aplicabilidade às decisões cotidianas.

O desenvolvimento do estudante em sua inteireza deve refletir nas suas ações e vivências, consolidando-se como protagonista da sua história, seja ela de superação ou de dificuldades para vivenciar as superações e frustrações como consequência de suas escolhas, sobretudo saber lidar com elas. (GODOI; TINÉ, 2020, p.107).

Nesse universo pedagógico sistemicamente organizado e complexo, as autoras propõem identificar a presença das competências socioemocionais relacionadas às competências de educação financeira e, desta forma, ampliar a interação e significância do tema.

Quadro 10. Possibilidades de articulação – Competências socioemocionais e competências de educação financeira

| Competências socioemociais    | Competências socioemociais   | Competências<br>educação financeira  |  |
|-------------------------------|--|--|--|
| Autoconsciência               | Envolve o conhecimento de<br>cada pessoa, bem como de suas<br>forças e limitações, sempre<br>mantendo uma atitude otimista<br>e voltada para o crescimento.  | CO2 – Participar de decisões<br>financeiras social e<br>ambientalmente responsáveis.<br>CO4 – Ler e interpretar textos<br>simples do universo da<br>educação financeira.<br>CO8 – Elaborar planejamento<br>financeiro com ajuda. |  |
| Autogestão                    | Relaciona-se ao<br>gerenciamento eficiente do<br>estresse, ao controle<br>de impulsos e à definição<br>de metas.   | C03 – Distinguir desejos e<br>necessidades de consumo<br>e poupança no contexto do<br>projeto de vida familiar.<br>C06 – Participar de decisões<br>financeiras considerando<br>necessidades reais.                               |  |
| Consciência social            | Necessita do exercício da<br>empatia, do colocar-se "no lugar<br>dos outros", respeitando<br>a diversidade.  | C01 – Debater direitos e deveres.  C04 – Ler criticamente textos publicitários.  C07 – Atuar como multiplicador.   |  |
| Habilidades de relacionamento | Relacionam-se com as habilidades de ouvir com empatia, falar clara e objetivamente, cooperar com os demais, resistir à pressão social inadequada (ao bullying, por exemplo), solucionar conflitos de modo construtivo e respeitoso, bem como auxiliar o outro quando for o caso. | C01 – Direitos e deveres.  C07 – Atuar como multiplicador.  C10 – Cuidar de si próprio, da natureza e dos bens comuns, considerando as repercussões imediatas de ações realizadas no presente.                                   |  |
| Tomada de decisão responsável | Preconiza as escolhas pessoais e<br>as interações sociais de acordo<br>com as normas, os cuidados<br>com a segurança e os padrões<br>éticos de uma sociedade.  | C07 – Atuar como multiplicador.  C09 – Cuidar de si próprio, da natureza e dos bens comuns, considerando as repercussões futuras de ações realizadas no presente.  |  |

Fonte: GODOI, Alessandra C; TINÉ, Sandra Z. S. **Estratégia nacional de educação financeira (ENEF):** em busca de um Brasil melhor. 1 ed. São Paulo: Riemma, 2020, p. 107.

Na análise a respeito das possibilidades de articulação, Godoi e Tiné (2020) consideram que as competências socioemocionais se referem "ao processo de entendimento e manejo das emoções, com empatia e pela tomada de decisão responsável". As competências socioemocionais estão ligadas entre si e direcionam um processo de avanço, que se conecta com as dimensões espacial e temporal descritas na proposta pedagógica da ENEF e demonstradas nesta dissertação no Capítulo 2. O quadro apresenta, de forma ilustrativa, possibilidades de identificar a presença das competências socioemocionais relacionadas às competências de educação financeira, tal como um exercício de reflexão, não para enquadrar uma na outra, mas para considerar seu lócus dependendo do contexto encontrado pelos professores e da prática pedagógica em que se pode articular ambas as competências.

Ao se deparar com o cenário de elaboração dos currículos do ensino superior face às determinações das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), quando tratarmos da educação financeira, seria apropriado, à exemplo da escolha das autoras, elaborar um itinerário formativo para o estudante, que esteja alinhado com o seu projeto de vida, bem como com suas escolhas, promovendo além do conteúdo conceitual, os aspectos de solidariedade, empatia, controle das emoções, processo de escolhas, liderança, entre outras competências, necessárias tanto para sua formação como profissional de nível universitário quanto para o exercício pleno da cidadania.

A Lei Nº 9.394/1996, que institui as Diretrizes e bases da educação nacional, através do Art. 43, incisos V e VI, e do Art. 52, reforça o papel da educação superior na formação plena dos profissionais e justifica a elaboração de ações dentro da política pública de educação financeira proposta pela ENEF, voltadas para esse público:

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

(...)

(...)

V. Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI. Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

Art. 52. As Universidades são Instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracteriza por:

I. produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural quanto regional e nacional; (BRASIL, 1996).

Portanto, como colocado no Art. 43 inciso VI, é finalidade das Universidades "estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente", por isso elas possuem papel fundamental como agente de disseminação do tema educação financeira e deveriam atuar com protagonismo na formação de multiplicadores, qualificação de professores e criação de conhecimento científico com a produção de artigos, teses e dissertações sobre o tema, promovendo o letramento financeiro e aquisição de competências por parte dos estudantes e comunidade onde estão inseridas.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste estudo, foi possível constatar que a consolidação da educação financeira como política pública educacional ainda possui um longo caminho a ser percorrido por governos, sociedade e iniciativa privada, de forma a garantir a sustentabilidade econômica, conscientização dos cidadãos sobre os impactos de suas decisões financeiras, local e globalmente, e desta forma promover mudanças de comportamentos e ação transformadora da educação financeira em diferentes fases da vida.

Esta pesquisa teve como objetivo esclarecer como a educação financeira se torna política pública no Brasil, por meio de uma revisão teórica sobre o tema e recuperação de seu contexto histórico. Por fim, é feito um recorte no âmbito da educação superior, revisitando os trabalhos dos últimos 10 anos que envolvem o tema educação financeira como política educacional nesse contexto.

Primeiramente, apresenta-se a revisão conceitual de educação para a cidadania e educação para o trabalho, fundamentais para compreensão da educação financeira como competência necessária à formação plena do indivíduo e exercício da cidadania. Posteriormente, apresenta-se o conceito de políticas públicas e suas fases de elaboração, de forma a compreender como o contexto histórico influenciou no reconhecimento da educação financeira como política pública. Passamos, então, a definição de educação financeira, ampliando seu horizonte quando trazemos as contribuições que se referem ao letramento financeiro e sua contribuição efetiva para a sociedade, quando promove mudanças de comportamentos, atitudes e exercício pleno da cidadania.

Após a revisão do contexto histórico anterior à criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), ressalta-se a influência de organizações internacionais, como a OCDE, na agenda política e justificativa para elaboração da política pública.

Por fim, no capítulo dedicado à ENEF, revisita-se todas as suas fases até ser reconhecida como política pública, perfazendo a agenda, formulação, implementação e avaliação, trazendo um breve balanço das últimas pesquisas após dez anos de sua elaboração. Em seguida, é feito um levantamento bibliográfico das produções que abordam a educação financeira no contexto da educação superior, com o objetivo de compreender as principais ações implementadas para este público.

Esta pesquisa contribui com a consolidação do processo histórico de implementação da política pública de educação financeira no Brasil e atualiza o modelo conceitual de educação financeira para letramento financeiro, de forma a promover a instrumentalização do cidadão, mudanças de atitudes, mobilidade social e um crescimento econômico sustentável.

Ao clarificar a problemática de como a educação financeira se torna política pública no Brasil, nota-se que a robustez das fases iniciais de agenda e formulação, que durou quatro anos, se esvazia quando passamos à fase de implementação da política pública educacional, que mesmo depois de dez anos, atinge de forma tímida o ensino médio e fundamental, ganhando destaque nas discussões somente após a entrada na BNCC. Evidencia-se, também, a morosidade na implementação da política e, após quinze anos de sua concepção, ainda temos poucos programas oficiais para formação de professores e disseminadores do conteúdo e a presença mínima de Universidades (apenas quatro no Brasil todo) e instituições não financeiras nesse processo. Quando passamos à fase de avaliação, as lacunas são ainda mais extensas: a política pública não possui sistemas efetivos de avaliação, em sua maioria traz apenas indicadores quantitativos, através dos quais não é possível identificar mudanças de comportamento e atitudes que levariam ao letramento financeiro e à formação da cidadania financeira, o que contribuiria como vetor para o crescimento do país e sustentabilidade da economia.

Ao apresentar o levantamento realizado no âmbito da educação superior, identificou-se que a implementação da política pública de educação financeira até o momento não atingiu de forma efetiva este público, e as universidades possuem atuação tímida na disseminação do tema.

Outra limitação da política de educação financeira no Brasil é o desequilíbrio entre a participação da indústria financeira e outras organizações privadas, representantes da sociedade civil na execução das ações. A forte presença do setor financeiro fica evidente na condição de únicos representantes no CONEF e na AEF-Brasil, organismos que visam à cooperação, planejamento, estruturação, desenvolvimento e implantação de iniciativas de educação financeira. Em virtude disso, é possível refletir se seria de interesse do sistema financeiro promover ações para o público universitário recém egresso no mercado de trabalho e ávido pelas facilidades da digitalização bancária.

Da mesma forma, não identificamos pesquisas sistemáticas sendo produzidas sobre educação financeira voltado para sua inserção na educação superior. Por este motivo, apresenta-se como um campo fértil e promissor para produções acadêmicas. O resultado desses estudos pode fornecer informações e sugerir ações aos formuladores de políticas públicas, para que eles pudessem melhorar a educação financeira e a conscientização de seus cidadãos.

A consolidação da educação financeira como política pública educacional exige esforços continuados e sistemáticos do governo e da sociedade. Ainda que os resultados não apareçam no curto prazo, as iniciativas devem ser constantes no aprimoramento de comportamentos e atitudes adequadas, embasadas em conhecimento financeiro. Desta forma, será possível evidenciar a ação transformadora dessa política pública, provocadora da mobilidade social, da melhora do nível de poupança do país, da redução do endividamento e da concretização de sonhos individuais e coletivos.

## **REFERÊNCIAS**

AEF – Brasil – **Associação de Educação Financeira do Brasil**. Disponível em: <a href="http://www.aefbrasil.org.br">http://www.aefbrasil.org.br</a>

AEF – Brasil.DOCUMENTO-ENEF-**Orientações-para-Educ-Financeira-nas-Escolas**. Site VIDA E DINHEIRO. Disponível em: < http://www.vidaedinheiro.gov.br/Enef/default.aspx>.

AEF – Brasil. **Educação Financeira para Adultos.** Disponível em: <a href="https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/Info-AdultosFinal\_alterado.pdf">https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/Info-AdultosFinal\_alterado.pdf</a>

APPLE, Michael. **Educação e poder.** Porto Alegre: Artmed, 1985. Cap. 2-Conhecimento técnico, desajustamento e Estado: a mercantilização da Cultura.

ARAÚJO, F. C. e CALIFE, F. E. **A história não contada da Educação Financeira no Brasil**., 2014. Disponível em: <www.ufjf.br>

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **A educação como política pública**. 3a Edição, Campinas, SP: Autores, 2004.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Estratégia Nacional de Educação Financeira**. 2015. Disponível em <a href="mailto:kww.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia\_Nacional\_Educacao\_Financeira\_ENEF.pdf">kww.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia\_Nacional\_Educacao\_Financeira\_ENEF.pdf</a>

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN. **Programa de Educação Financeira**. BACEN, 2006. Disponível em <www.bacen.gov.br/?PEF-BC>

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN. Série Cidadania Financeira: estudos sobre educação, proteção e inclusão / Nota: n. 5. **Competências em educação financeira: descrição de resultados da pesquisa da Rede Internacional de Educação Financeira adaptada e aplicada no Brasil: novembro de 2017**. Banco Central do Brasil – 5. ed. – Brasília, 2017. Disponível em <a href="http://www.bcb.gov.br/?CIDADANIAFINANCEIRA">http://www.bcb.gov.br/?CIDADANIAFINANCEIRA</a>

BELLONI, I.; MAGALHÃES, H.; SOUSA, L. C. **Metodologia de avaliação: em políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2001.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: versão final. MEC, Brasília, 2017.

BRASIL. Banco Central do Brasil: Implementando a Estratégia Nacional de Educação Financeira. Disponível em:

https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia\_Nacional\_Educacao\_Financeira\_ENE F.pdf.

BRASIL. O histórico da OCDE e a progressiva aproximação entre o Brasil e o organismo internacional. Disponível em: https://www.gov.br/coaf/pt-br/atuacao-internacional/cooperacao-internacional/ocde.

CHARLOT, Bernard. Relação com o saber, formação dos professores e globalização: Questões para a educação hoje. Porto Alegre: Artmed, 2005.

CHARLOT, Bernard. A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área de saber. Educação, Sociedade e Culturas, num 30, p 161-176, 2010.

COAF. Conselho de Controle de Atividades Financeiras. **Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE.** 2021. Disponível em: https://www.gov.br/coaf/pt-br/atuacao-internacional/cooperacao-internacional/ocde. Acesso em: 12 fev. 2021.

COUTINHO, L. G., BELLUZZO, L. G. M. **Desenvolvimento e estabilização sob finanças globalizadas**. Economia e Sociedade, Campinas, n. 7, dez.1996.

CRIDDLE, E. **Financial literacy: Goals and values, not just numbers**. Alliance 34, v. 4, 2006.

D'AQUINO, Cássia de. **O que é educação financeira**. Disponível em: <a href="http://www.educfinanceira.com.br/conteudo.asp?id\_conteudo=2">http://www.educfinanceira.com.br/conteudo.asp?id\_conteudo=2</a>, 2008.

Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010. **Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF**, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 2010. Seção 1, p.7-8.

DIAS, C.O.; ARENAS, N.C.S; SILVA, R. M; Perfil de educação financeira dos acadêmicos dos cursos de ciências contábeis, administração e economia de uma instituição federal de ensino superior brasileira. Braz. Ap. Sci. Rev., Curitiba, v. 3, n. 5, p. 2190-2211 set./out, 2017.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90.** Educação e Sociedade, Campinas, v. 23, n. 80, p. 234-252, set. 2002.

DRAIBE, Sônia Mirian. **As políticas sociais e o neoliberalismo: reflexões suscitadas pelas experiências latino-americana**. Revista USP: dossiê Liberalismo/neoliberalismo, n.17, p. 86-101, mar./abr./maio. 1993. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25959/27690.

DUDH, Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: < https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. 1948

DURAND, Thomas. **Forms of incompetence**. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON COMPETENCE-BASED MANAGEMENT, 4., 1998, Oslo. Proceedings... Oslo: Norwegian School of Management, 1998.

ENEF, **Estratégia Nacional de Educação Financeira** — Programa do Governo Brasileiro. Disponível em: <a href="http://www.vidaedinheiro.gov.br/Enef/default.aspx">http://www.vidaedinheiro.gov.br/Enef/default.aspx</a>>.

Estratégia Nacional de Educação Financeira – **Plano Diretor da ENEF**. 2010. Disponível em http://www.vidaedinheiro.gov.br/enef/.

ENEF, **Estratégia Nacional de Educação Financeira.** Disponível em < https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/Plano-Diretor-ENEF-anexos-ATUALIZADO\_compressed.pdf>, 2017.

ENEF, Estratégia Nacional de Educação Financeira. Deliberações CONEF/ Legislação. Disponível em: < https://www.vidaedinheiro.gov.br/legislacao-2/>, 2013.

FREY, Klaus. POLÍTICAS PÚBLICAS: UM DEBATE CONCEITUAL E REFLEXÕES REFERENTES À PRÁTICA DA ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL. Planejamento E Políticas Públicas, p.21, 2019.

GANZELI, P. Regime de colaboração e Plano Nacional de Educação: Política de Estado ou política de governo. In: MARTINS, A. M., CALDERÓN, A. I., GANZELI, P. e GARCIA, T. de O. G. (Orgs.). Políticas e gestão da educação: Desafios em tempos de mudanças. Campinas, SP: Autores Associados, p. 45-64, 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIORDANO, Cassio C.; ASSIS, Marco R.; COUTINHO, Cileda. **A Educação Financeira e a Base Nacional Comum Curricular.** Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana – vol. 10 - número 3, 2019.

GODOY, Miriam Adalgisa Bedim; POLON, Sandra Aparecida Machado. **Políticas públicas na educação brasileira** – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2017.

GODOI, Alessandra C; TINÉ, Sandra Z. S. **Estratégia nacional de educação financeira (ENEF):** em busca de um Brasil melhor. 1 ed. São Paulo: Riemma, 2020, p. 107.

HEBERLE, J., SANTOS, R.M.S., VIANA, A.L., & BEZERRA, S.A.S. (2018). Planejamento financeiro pessoal dos alunos de uma instituição de ensino superior do Amazonas. Revista CONBRAD, 3(2), 22-40, 2018. HOLZMANN, R.; MIRALLES, M. P. The role, limits of, and alternatives to Financial education in support of retirement saving in the OECD, The World Bank, 2005.

IANNI, Octavio. **O mundo do trabalho.** São Paulo em Perspectiva 8; 2-12. Janeiro/março 1994.

http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v08n01/v08n01\_01.pdf

IDEC. **Relatório final da Pesquisa sobre Educação Financeira.** São Paulo, 2020. Disponível em: < https://guiadosbancosresponsaveis.org.br/media/496355/relato-rio-final-da-pesquisa-sobre-educac-a-o-financeiradocx.pdf>.

OECD's. **Financial Education Project**. Assessoria de Comunicação Social, 2004. Disponível em: <www.oecd.org/>.

OCDE. Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira, 2005. Disponível em:

<a href="http://www.oecd.org/finance/financial-education/35108560.pdf">http://www.oecd.org/finance/financial-education/35108560.pdf</a>

OCDE (2016), Quadro de Competências Essenciais de Alfabetização Financeira para Adultos do G20/OECD INFE. Disponível em: <www.oecd.org/finance/financial-education>

LEITE, Sérgio Antônio da Silva. A escola e a formação da cidadania ou para além de uma concepção reprodutivista. Psicol. cienc. prof., Brasília, v. 9, n. 3, p. 17-19, 1989.

LOTTA, Gabriela. **Teoria e análises sobre implantação de políticas públicas no Brasil** /Brasília: Enap, 2019.

LUSARDI, Annamaria. "The Economic Importance of Financial Literacy: Theory and Evidence". Disponível em: <www.annalusardi.blogspot.com>.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. Baby boomer retirement security: The roles of planning, financial literacy, and housing wealth. Journal of Monetary Economics, 2007.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. Financial literacy and retirement preparedness. Business Economics, 2008.

LUSARDI, A.; TUFANO, P. **Debt literacy, financial experiences, and over in debtedness**. NBER Working Paper 14808. Disponível em: <a href="http://www.nber.org/papers/w14808">http://www.nber.org/papers/w14808</a>>, 2009.

LUSARDI, A.; KLAPPER L.; OUDHEUSDEN P. **Insights from the global financial literacy survey.** 2015. Disponível em: < https://gflec.org/wp-content/uploads/2015/11/3313-Finlit\_Report\_FINAL-5.11.16.pdf?x63881> MELLO, G.N. **Cidadania e competitividade.** São Paulo, Cortez Editora, 1998.

MAGALHAES, R.C; MONTREIUL, C.U; **A educação financeira na tomada de decisões dos jovens universitários: Um estudo considerando as novas tecnologias bancárias e digitais.** Revista dos mestrados profissionais. V8, n.1, 2019.

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. Educ. Soc., abril de 2009, vol. 30, nº 106, p. 15-35. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/es/v30n106/v30n106a02

MORROW, Raymond; TORRES, Carlos Alberto. **Estado, globalização e políticas educacionais**. In: TORRES, Carlos Alberto, BURBULES, Nicholas (Orgs.) Globalização e educação: perspectivas críticas. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MODERNELL, Álvaro. **Retrato atual da educação financeira (no Brasil e no mundo)**. Disponível em: <a href="http://cnseg.org.br/cnseg/servicos-apoio/noticias/alvaro-modernell-retrato-atual-da-educacao-financeira-no-brasil-e-no-mundo.html">http://cnseg.org.br/cnseg/servicos-apoio/noticias/alvaro-modernell-retrato-atual-da-educacao-financeira-no-brasil-e-no-mundo.html</a>, 2016.

NASCIMENTO, J. C. H. B. do, MACEDO, M. Álvaro da S., SIQUEIRA, J. R. M. de, & BERNARDES, J. R. (2016). **Alfabetização financeira: um estudo por meio da aplicação da teoria de resposta ao item**. *Administração: Ensino E Pesquisa*, *17*(1), 147-175. https://doi.org/10.13058/raep.2016.v17n1.341

PEREIRA, Ricardo. **O aumento da inadimplência no Brasil: sobram desejos e falta educação financeira**. Maio, 2011. Disponível em: <a href="http://dinheirama.com/blog/2011/05/12/o-aumento-da-inadimplencia-no-brasil-sobram-desejos-e-falta-educacao-financeira/">http://dinheirama.com/blog/2011/05/12/o-aumento-da-inadimplencia-no-brasil-sobram-desejos-e-falta-educacao-financeira/</a>.

PERETTI, L. C. . **Aprenda e Cuidar do seu Dinheiro - Educação Financeira**. 3. ed. Dois Vizinhos - PR: Impressul, 2008.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2000.

PERRENOUD, Philippe. **Porquê construir competências a partir da escola?** Porto: Edições Asa, 2001.

PERRENOUD, Philippe. **A escola e a aprendizagem da democracia**. Porto: Asa Editores, 2002.

PERRENOUD, Philippe. **Escola e Cidadania: o papel da escola na formação para a democracia.** (trad. Fátima Murad). Porto Alegre: Artmed, 2005.

PINTO, Rafael Ângelo Bunhi; XAVIER, Silvana Maria Gabaldo; MOTA, Giane Ap. Sales da Silva. **Políticas públicas em educação e avaliação: políticas de Estado ou políticas de governo?** In: Il Congresso Internacional de Educação: História, Historiografia, Políticas e Práticas. Sorocaba, 2018. Anais... Sorocaba: Universidade de Sorocaba, 2018.

REIS, Marlene Barbosa de Freitas. **Política pública, diversidade e formação docente: uma interface possível.** PPG em Políticas Públicas, estratégias e desenvolvimento (PPED). Rio de Janeiro, 2013.

REMUD, D. L. Financial literacy explicated: The case for a clearer definition in an increasingly complex economy. Journal of consumer affairs, v. 44, n. 2, p. 276-295, 2010.

RODRIGUES, Neidson. **Da Mistificação da Escola à Escola Necessária**. São Paulo, Ed. Cortez, 1992.

ROMERO, Joréu A. Educação financeira. Curitiba, Paraná. 2019.

RUA, Maria das Graças. **Análise de políticas públicas: conceitos básicos.** In: RUA, Maria das Graças; CARVALHO, Maria Isabel V. (Org.). O estudo da política: tópicos selecionados. Brasília: Paralelo 15, 1998.

SANT ANA, Marcus Vinicius Sousa. **Educação financeira no Brasil: Um estudo de caso.** Programa de Pós Graduação mestrado profissional em Administração. Belo Horizonte, 2013.

SAITO, André Taue; SAVÓIA, José Roberto Ferreira; PETRONI, Liége Mariel. A educação financeira no Brasil sob a ótica da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE). In: IX SEMEAD, 2006. Anais. São Paulo: EAD/FEA/USP, 2006.

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a natureza e Especificidade da Educação** in: Pedagogia histórico crítica: primeiras aproximações – 8ª Ed. Revista e ampliada - Campinas autores associados, 2003.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. A. **Paradigmas da educação financeira no Brasil**. Revista de Administração Pública, v. 41, n. 6, p. 1121-1141, 2007.

Série Cidadania Financeira: **Estudos sobre Educação, Proteção e Inclusão** / Banco Central do Brasil – 2. ed. – Brasília: Banco Central do Brasil, 2015.

SMITH, B. **OECD's Financial Education Project: improving financial literacy and capability.** 2005.

SOARES, M. Letramento: um tema em três gêneros. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. Alfabetização e letramento. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2017

SOUZA, Celina. "Estado do campo" da pesquisa em políticas públicas no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 18, n. 51, 2003.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16 SOBRAL, Fernanda A. da Fonseca, 2006.

SOUZA, Celina. **Educação para a competitividade ou para cidadania social?** São Paulo em Perspectiva, p.13-22, 2000.

SILVA, A. M.; POWELL, A. B. **Um Programa de Educação Financeira para a Matemática Escolar da Educação Básica**. XI Encontro Nacional de Educação
Matemática. Anais do XI Encontro Nacional de Educação Matemática, Curitiba, 2013

TEIXEIRA, J. **Um estudo diagnóstico sobre a percepção da relação entre educação financeira e matemática financeira**. 2015. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica.São Paulo, Brasil, 2015.

TOLEDO, Adriana. Educação financeira: por que precisamos dela? [Livro eletrônico] Estratégia nacional de educação financeira (ENEF). Riemma Editora, São Paulo, 2020.

VENZEL, Francisca do Carmo B S. Integração entre educação e trabalho: uma reflexão sobre a prática docente nos cursos de ensino médio integrado a educação profissional. Foz de Iguaçu, 2017.

http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes\_pde/artigo\_francisca\_carmo\_barbosa\_silveira\_venzel.pdf

VIEIRA, G.S; PESSOA, C.A. Educação Financeira pelo mundo: Como se organizam as Estratégias Nacionais. Educação Matemática Pesquisa: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação Matemática. V22. n2, 2019.

VITT, L. A. Consumers' financial decisions and the psychology of values. **Journal of Financial Services Professionals**. nov. 2004. Disponível em: https://www.isfs.org/documents-pdfs/jfspvitt-article-11-04.pdf